

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DÉBORA DE OLIVEIRA SANTOS

**AS DISPOSIÇÕES INATAS DE PERSONALIDADE COMO DIMENSÕES
ANALÍTICAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Porto Alegre, 2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

DÉBORA DE OLIVEIRA SANTOS

**AS DISPOSIÇÕES INATAS DE PERSONALIDADE COMO DIMENSÕES
ANALÍTICAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Dissertação de mestrado em Ciência Política, apresenta como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Porto Alegre, 2020

CIP - Catalogação na Publicação

Santos, Débora de Oliveira

As disposições inatas de personalidade como dimensão analítica do comportamento político / Débora de Oliveira Santos. -- 2020.

50 f.

Orientador: Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Comportamento político. 2. Modelo sociológico. 3. Modelo psicossociológico. 4. Modelos da teoria da escolha racional. 5. Personalidade. I. Castro, Henrique Carlos de Oliveira de, orient. II. Título.

Débora de Oliveira Santos

**AS DISPOSIÇÕES INATAS DE PERSONALIDADE COMO DIMENSÕES
ANALÍTICAS DO COMPORTAMENTO POLÍTICO**

Dissertação de mestrado em Ciência Política, apresenta como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro.

Aprovado em Porto Alegre, 02 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Henrique Carlos de Oliveira de Castro – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Luís Gustavo Mello Grohomann
UFRGS

Profª. Dra. Sofia Isabel Vizcarra Castillo
UFRGS

Profª. Dra. Nara de Carvalho Pavão
UFPE

Para os meus avós, Iara e Omar.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento concedido. Ressalto a importância do fomento, sem o qual não seria possível a realização desta pesquisa e, tampouco, seria viabilizada a minha vinda à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) para formação a nível de Mestrado.

Agradeço à UFRGS, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e às bibliotecas da Universidade pela excelente formação e pela estrutura fornecida. Espero responder à altura da qualidade de ensino da instituição.

Agradeço ao Professor Henrique Carlos de Oliveira de Castro pela orientação, paciência, acolhimento e confiança, por ter me mostrado os caminhos dentro da Ciência Política e da pesquisa científica, ensinando também sobre a autonomia necessária ao ofício. Agradeço à Professora Sonia Ranincheski (*In Memoriam*) pelo acolhimento, por ter aberto as portas do Núcleo de Pesquisa em Cultura Política, Estado e Relações Internacionais (CESPRI) e, em especial, por ter sido um grande exemplo de como ser professora. Agradeço ao Professor Luís Gustavo Mello Grohomann, à Professora Sofia Isabel Vizcarra Castillo e à Professora Nara de Carvalho Pavão, pela disponibilidade para avaliar este trabalho. Agradeço também ao Professor Rodrigo Stumpf González pela formação ao longo do mestrado.

Agradeço aos meus colegas do CESPRI, do World Values Survey Brasil (WVS-Brasil), do Pirandello - Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais e Inteligência Artificial, do Núcleo de Pesquisa sobre a América Latina (NUPESAL) e do GT de Comportamento e Instituições Políticas do Centro de Estudos Internacionais sobre Governo (CEGOV). Um agradecimento especial para Adriana, Greice, Giovani, Jéssica, Luana, Maíra, Marielli e Sofia, que estiveram do meu lado tanto em momentos de descontração, quanto em momentos de muito esforço e trabalho coletivo: obrigada!

Por fim, mas não menos importante, agradeço àqueles que antecederam tudo isso: minha família. Chegar aqui também é um resultado de vocês, e uma afirmação do que o afeto vindo de uma família, seja ela como for, é capaz de produzir. Agradeço a todas as famílias, que tive a sorte de ter. O mais profundo obrigada a minha mãe, Valéria de Oliveira Santos, aos meus queridos avós, Iara de Oliveira Santos e Omar dos Santos, e ao meu pai drasto, Marcelo Elias Tavares. Agradeço também ao Renan, meu companheiro de jornada em sentido literal. Além do apoio e do carinho, forneceu a mim seus ouvidos, suas palavras e suas

energias tanto nos momentos em que eu precisava de amparo, quanto nos momentos em que eu buscava alguém para discutir ideias. Crescemos muito intelectualmente, e fizemos isso juntos! E um muito obrigada para dois grandes amigos: Harumy Ferraz e Pedro Cabral. Todos vocês chegaram comigo até aqui e, por isso, obrigada.

Minha última menção fica aos profissionais da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre e do Hospital Fêmima, bem como à psicóloga Flávia Milanez. Este trabalho também não seria realizado sem a devida assistência à saúde física e mental.

RESUMO

A personalidade é um conjunto de características individuais relativamente estáveis que moldam, em grande parte, como os indivíduos reagem diante de diferentes situações e estímulos, inclusive os políticos. Para compreender de que forma ela pode auxiliar na explicação de fenômenos políticos, este trabalho teve como objetivo discutir a utilização da personalidade como dimensão analítica nos estudos sobre comportamento político. Para tanto, realizou-se uma revisão bibliográfica, na qual foram abordados: (i) os modelos teórico-explicativos já existentes (Sociológico, Psicossociológico e da Teoria da Escolha Racional), discutindo os contornos teórico-epistemológicos, bem as contribuições e limitações analíticas desses modelos para o estudo do comportamento político; (ii) a definição de personalidade; e (iii) os resultados de pesquisas que já a utilizaram como dimensão analítica do comportamento político. Verificou-se que os modelos teórico-explicativos Sociológico, Psicossociológico e da Teoria da Escolha Racional contribuem para a compreensão de fatores individuais e sociais, mas são insuficientes para explicar os processos psicológicos associados ao comportamento político. Por outro lado, constatou-se que a personalidade pode complementar esses estudos por explicar como diferenças individuais influenciam nos padrões reflexivos, emocionais e comportamentais, bem como por evidenciar a influência conjunta de fatores contextuais e sociais. A partir destas discussões, um modelo alternativo foi proposto a nível teórico, no qual o comportamento político é explicado tanto pelas dimensões atitudinais e disposicionais de personalidade, quanto pelos contextos distais e proximais dos modelos anteriormente discutidos. Conclui-se que a inclusão da personalidade como dimensão analítica possibilita a compreensão dos processos psicológicos presentes no comportamento político, com potencial para responder às gradações observadas empiricamente, e que sua utilização viabiliza a proposição de modelos alternativos que podem avançar na compreensão do fenômeno.

Palavras-chave: Comportamento político. Modelo Sociológico. Modelo Psicossociológico. Modelos da Teoria da Escolha Racional. Personalidade. Traços de personalidade.

ABSTRACT

Personality is a set of relatively stable individual differences that largely shape one's reaction to different situations and stimuli, including those related to politics. To understand how personality can assist in the explanation of political phenomena, this research discusses its application as an analytical dimension in studies on political behavior. To this end, a literature review was carried out, in which: (i) the existing theoretical-explanatory models (Sociological, Psychosocial, and Rational Choice) were discussed based on their theoretical-epistemological outlines, contributions, and limitations in the study on political behavior; (ii) the definition of personality were addressed; and (iii) the research results on personality and political behavior were also discussed. It was found that Sociological, Psychosocial and Rational Choice theoretical-explanatory models are helpful to understand individual and social factors, but fail to explain psychological processes associated with political behavior. Personality can complement these models by explaining how individual differences shape reflective, emotional and behavioral patterns, as well as by evidencing the joint influence of contextual and social factors. From these discussions, an alternative model has been proposed at theoretical level, in which political behavior is explained both by the attitudinal and dispositional dimensions of personality and by the distal and proximal contexts of previously discussed models. This work concludes that, as an analytical dimension, personality allows understanding psychological processes in political behavior with the potential to explain gradations observed empirically, and its use makes it possible to propose alternative models that can advance the understanding of political behavior.

Keywords: Political bahavior. Sociological model. Psychosocial model. Rational choice models. Personality. Personality traits.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação gráfica do <i>funnel of causality</i>	21
Figura 2 – Perspectivas analíticas dos usos da personalidade na Ciência Política.....	29
Figura 3 – Fluxo causal dos modelos sobre personalidade e comportamento político.....	39
Figura 4 – Proposta de modelo para análise do comportamento político.....	41

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos fatores do FFM, e aspectos e características a eles relacionados..... 32

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código 001.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O COMPORTAMENTO POLÍTICO COMO OBJETO NA CIÊNCIA POLÍTICA: MODELOS, CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES	14
2.1 O modelo sociológico	15
2.2 O modelo psicossociológico	19
2.3 Os modelos a partir da Teoria da Escolha Racional	23
3 A DIMENSÃO MICROANALÍTICA DA PERSONALIDADE NA EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO	28
3.1 A definição de personalidade	29
3.2 As influências da personalidade no comportamento político	33
4 REFLEXÕES PARA UM MODELO EXPLICATIVO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DA PERSONALIDADE	37
5 CONCLUSÃO	43
REFERÊNCIAS	45

1 INTRODUÇÃO

Este artigo, requisito parcial para obtenção de título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, tem como objetivo principal discutir a utilização da personalidade como dimensão analítica para a compreensão e explicação do comportamento político. Partindo-se do problema de pesquisa “A personalidade pode ser um conceito operacional para a explicação e compreensão do comportamento político?”, esta pesquisa tem como objetivos específicos: a) discutir os principais modelos teórico-explicativos para o comportamento político e seus paradigmas teóricos; b) discutir a definição de personalidade; c) verificar e discutir os resultados das pesquisas sobre comportamento político e personalidade; d) propor reflexões para um modelo teórico-explicativo do comportamento político que inclua a personalidade como dimensão analítica.

A preocupação com as opiniões e os comportamentos, de políticos e de cidadãos, é um tema clássico e antigo dentro da Ciência Política. Maquiavel (2010, 2007), por exemplo, em *O Príncipe e Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*, aborda justamente como comportamentos, valores e opiniões são ao mesmo tempo centrais e desejáveis na estabilidade e na legitimidade dos sistemas políticos. O comportamento político é um tema longe de ser “exclusivo” dessa ou daquela tradição teórica; do culturalismo ao institucionalismo, o comportamento vai de objeto de estudo até componente de contratos sociais, desenhos e análises institucionais. Isso acontece, justamente, porque as instituições e as engenharias sociais não são vazias, não são habitadas pelo nada, ao contrário: o fator humano sempre está presente nas instituições, na sua natureza e finalidade.

Dentro da Ciência Política, o comportamento político surge como objeto de estudo e passa a ser sistematicamente investigado ao longo do século XX. A eclosão desses estudos coincide com a consolidação dos sistemas políticos de massa, da democracia, dos sistemas eleitorais e dos partidos políticos (DUVERGER, 1957; SARTORI, 1982; ZUCKERMAN, 2005). No esforço para compreender o que é e o que influencia o comportamento das pessoas frente à política, em especial a decisão do voto, três abordagens teóricas se destacam: a Sociológica, a Psicossociológica e a da Teoria da Escolha Racional. Compartilhando do mesmo objeto de investigação, os modelos teórico-explicativos elaborados a partir dessas abordagens se distinguem tanto pela forma com que interpretam a organização da vida social quanto pela lógica inferencial utilizada (FIGUEIREDO, 1991).

Esses modelos teórico-explicativos, embora tenham significativo potencial explicativo a respeito do comportamento político, incorrem em certas deficiências, seja por apresentarem argumentos tautológicos, seja por proporem lógicas circulares e paradoxais. Considerando que o comportamento humano é complexo, dificilmente apenas uma dessas abordagens teóricas consegue esgotar as interpretações a respeito do comportamento político; é muito provável que elas se complementam nessa tentativa. Outro problema analítico diz respeito à exogenia originária, uma vez que foram pensados para explicar e compreender, majoritariamente, o comportamento político em países ocidentais desenvolvidos. Por serem universalmente presentes, os comportamentos políticos também variam dentro da diversidade de desenhos institucionais e da cultura política das sociedades em que ocorrem.

Um complemento comumente utilizado para analisar o comportamento político é a dimensão da personalidade. Os primeiros trabalhos que se debruçaram sobre a personalidade na perspectiva das massas buscavam analisar a chamada personalidade autoritária, com escalas para mensurar atitudes e ideologias extremistas e conservadoras (ADORNO et. al., 1950; ALFORD; HIBBING, 2007; ALTEMEYER, 1981; DUCKITT, 2015; PRATTO et. al., 1994). Entretanto, por focarem nas dimensões atitudinais e ideológicas, não eram suficientes para analisar a personalidade *stricto sensu*. Isto é, ao invés de medirem a personalidade autoritária, na verdade analisaram um conjunto de atitudes autoritárias em relação à política (GERBER et. al., 2011a).

Em contrapartida, estudos mais recentes sobre comportamento político e personalidade têm analisado como diferentes traços disposicionais de personalidade influenciam comportamentos, atitudes e orientações políticas. A preferência por este enfoque considera estabilidade dos traços disposicionais ao longo do tempo e o fato de moldarem, em grande medida, as respostas e reações aos mais variados tipos de estímulos e situações, inclusive aqueles do mundo político (CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; DUSSO, 2017; GERBER et. al. 2011a; GERBER et. al, 2011b; MONDAK, 2010). Analisar o comportamento político a partir dos traços disposicionais de personalidade permite a aproximação de explicações sobre “*how unconscious thought processes influence the extent to which individuals are able to understand political processes and engage in political behavior*” (DUSSO, 2017, p. vii).

Entende-se que o comportamento político, assim como as outras formas de manifestação do comportamento humano, é muito mais complexo do que consegue abarcar o pequeno conjunto de variáveis de cada modelo-explicativo já elaborado. Afinal, o modo como

os indivíduos veem o mundo e comportam-se diante dele tem diferentes origens e influências. As opiniões e orientações são formadas e influenciadas por fatores sociais – como cultura política, classe social, interações sociais, socialização, percepção da conjuntura, competição eleitoral – e por fatores individuais – como fatores psicogenéticos, traços de personalidade, desenvolvimento e constituição do eu, respostas aos estímulos.

Reproduz-se, em grande medida, valores e crenças que são socializados ao longo da vida (HYMAN, 1969; VERBA; SCHOLZMAN; BURNS, 2005; WASBURN; COVERT, 2017). Mas, também responde-se com certa conformidade a determinados estímulos por influência dos traços de personalidade e daquilo que se desenvolve e se constitui como um eu (GERBER et. al., 2011a; GERBER et. al., 2011b; MONDAK, 2010; VERHULST; HATEMI; MARTIN, 2010). Portanto, é preciso conhecer e integrar esses diferentes elementos que originam e influenciam o comportamento, de maneira a permitir que se construa um caminho (um modelo) que reconstitua a formação do comportamento político e que se aproxime de uma explicação mais completa do que são as fornecidas até agora.

É nesse sentido que este artigo busca discutir as possibilidades teóricas que a inserção da personalidade como dimensão analítica do comportamento político pode ter. Para tanto, a partir de uma revisão bibliográfica, são apresentados e discutidos nas próximas seções: 1) os principais modelos teórico-explicativos sobre o comportamento político e eleitoral, com as suas respectivas limitações e contribuições para a compreensão do fenômeno; 2) a definição de personalidade e os principais usos e resultados encontrados nas pesquisas que se utilizam dos traços de personalidade como dimensão microanalítica do comportamento político; e, por fim, 3) propõe-se reflexões a partir dos diferentes modelos teórico-analíticos apresentados, discutindo-se a possibilidade de inclusão da personalidade como uma das suas variáveis explicativas.

2 O COMPORTAMENTO POLÍTICO COMO OBJETO NA CIÊNCIA POLÍTICA: MODELOS, CONTRIBUIÇÕES E LIMITAÇÕES

A partir da segunda metade do século XX, a Ciência Política experimenta uma guinada comportamentalista (PASQUINO, 1998). Nesse contexto, há o avanço dos sistemas políticos de massas, em que os desenhos institucionais passam cada vez mais a incluir os cidadãos como atores políticos, principalmente por meio da instituição da democracia eleitoral como sistema político (DUVERGER, 1957; SARTORI, 1982; ZUCKERMAN,

2005). Com o instrumento do voto possibilitando aos cidadãos a escolha dos seus governantes, o poder é diluído nas massas, tornando necessária a investigação da interação entre indivíduos e política pelo campo da Ciência Política. Além disso, há também a consolidação das técnicas de amostragem e *survey*, o avanço na utilização de métodos quantitativos de coleta e análise de dados e a interação do campo com a Psicologia. Isso abriu espaço para Ciência Política se voltar à investigação de como as pessoas compreendem e agem nos diferentes sistemas políticos, sistematizando as áreas de comportamento político e eleitoral, bem como da cultura política.

De forma geral, o comportamento político se refere àquilo que envolve a existência política dos indivíduos, seja ela diretamente ou indiretamente ligada às instituições. A área se debruça em temáticas relacionadas às ações e às motivações das ações dos indivíduos frente à política, incluindo: a mobilização política, a participação política, o comportamento eleitoral, as relações entre comunicação e política e entre líderes e massas, as ideologias, as atitudes, os sistemas de crenças de massas, as orientações político-partidárias e a opinião pública.

Para analisar de que forma esses fenômenos políticos ocorrem e que fatores os influenciam, duas grandes abordagens inferenciais são adotadas: a análise do agregado, coletivismo metodológico, e a análise do indivíduo, individualismo metodológico (FIGUEIREDO, 1991; FISICHELLA, 1998). Nesta seção, serão apresentados os três principais modelos de explicação do comportamento político e eleitoral, que utilizam dessas duas abordagens e que estão inseridos no *mainstream* da Ciência Política. Aqui, exploram-se seus contornos teórico-epistemológicos, bem como suas contribuições e limitações analíticas para o estudo do comportamento político.

2.1 O modelo sociológico

Os primeiros estudos de investigação sobre as decisões eleitorais numa perspectiva sociológica vêm dos anos de 1940, quando o avanço das técnicas de amostragem e das pesquisas tipo *survey* possibilitaram a sofisticação das análises de dados agregados nas pesquisas eleitorais. Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1960) inauguram as análises sociológicas do voto com o livro *The People's Choice: how the voter makes up his mind in a presidential campaign*, no âmbito do *Bureau of Applied Social Research* da Universidade de Columbia. Conforme Antunes (2010) explica, o trabalho de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (1960) tinha como objetivo inicial a identificação da influência da comunicação política e da comunicação

de massas na decisão do voto; constatando que esses elementos não eram tão determinantes na escolha eleitoral, voltaram-se para outras variáveis que poderiam explicar o comportamento eleitoral. Isso levou-os, então, à questão da distribuição das intenções de voto em diferentes grupos sociais, de forma a identificar a influência que a situação objetiva das pessoas na estrutura social exerce sobre o voto. O resultado da pesquisa foi que as pessoas escolhiam seus candidatos não a partir da "*analysis of the proposals submitted by each candidate or the issues under discussion in the campaign but following pressure from members of their community.*" (ANTUNES, 2010, p. 147)

A premissa básica da perspectiva sociológica é, portanto, que o comportamento político é um produto dos contextos, posições e relações sociais que um indivíduo trava ao longo de sua existência, que elas influenciam a forma com a qual as pessoas se relacionam e interpretam o sistema político e suas instituições. São as características sociais e os contextos que lhes conferem "uma 'identidade' de caráter estável que afeta o seu comportamento, inclusive o eleitoral" (SILVA, 2016, p. 30). Isso significa que o comportamento é uma manifestação das condições estruturais da sociedade, que nos diferentes espaços da vida social, como grupos, estatutos e relações sociais, são produzidas e reproduzidas. Assim, o modelo Sociológico adota uma perspectiva inferencial macroanalítica, rejeitando o individualismo metodológico dos modelos Psicossociológico e da Teoria da Escolha Racional, por entender que “o somatório de milhares de micromotivos não explica macrocomportamentos”, e tendo em vista que “o ato individual não é socialmente isolado” (FIGUEIREDO, 1991, p. 43-44).

A perspectiva original é macro: a idéia é de que os fatores histórico-estruturais e culturais globais conformam as características sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, gerando determinadas clivagens sociais que se expressam através de partidos específicos, com os quais setores do eleitorado se identificam. A participação política dos indivíduos pode ser explicada pelo ambiente socioeconômico e cultural em que vivem e pela inserção em determinados grupos sociais ou categorias demográficas. (CASTRO, 1992, p. 12).

Figueiredo (1991) explica que o modelo Sociológico pode assumir dois níveis analíticos: o primeiro nível é macroestrutural, no qual o tempo é de longo prazo, admitindo variáveis histórico-sociais como base das clivagens sociais nas quais os indivíduos estão inseridos (LIPSET; ROKKAN, 1967); o segundo nível é subestrutural, focado no enquadramento dos estratos sociodemográficos, que caracterizam a situação objetiva dos indivíduos e cuja análise é feita em um tempo de médio prazo (LAZARSFELD; BERELSON;

GAUDET, 1960). De forma geral, nos dois níveis, o paradigma proposto é o mesmo: embora o comportamento seja uma manifestação individual, o indivíduo não existe à parte da sociedade e por isso qualquer ato individual não está isento de ser contagiado pela existência social, pelo contrário, qualquer ato individual será dela tributário. Ou seja, para o modelo Sociológico "*voting is essentially a group experience*" e pessoas de um mesmo grupo "*are likely to develop similar needs and interests. They tend to see the world through the same colored glasses; they tend to apply to common experiences common interpretations*" (LAZARFELD; BERELSON; GAUDET, 1960, p. 137-138).

Na análise do comportamento eleitoral, os grupos, o contexto e as interações sociais são as balizas que produzem diferentes predisposições tanto para comparecer ou abster-se, quanto sobre em que direção votar. A origem desses grupos sociais, geralmente, indica os diferentes acessos cognitivos e sociais que estão disponíveis para os indivíduos, se estes acessos serão limitados ou ampliados pelas condições dos estratos sociais. Por exemplo, quanto maior for a escolaridade, a renda e a posição no estrato social, maior é a probabilidade de que os indivíduos tenham tempo livre, competências cívicas e interesse em participar de atividades político-associativas e de se informar sobre assuntos relacionados à política. Por outro lado, grupos mais vulneráveis no estrato social, como desempregados, camponeses e operários, geralmente, não dispõem de tempo, energias ou de acesso à informação e, por isso, tendem a participar menos ativamente de atividades políticas.

Nesse sentido, Lipset (1960) apresenta quatro fatores que explicariam as diferentes taxas de participação eleitoral e de preferências eleitorais na análise de grupos sociais distintos: 1) a relevância que as políticas governamentais têm para o indivíduo; 2) o acesso à informação; 3) a pressão que o grupo social exerce para votar; e 4) a existência de pressões cruzadas, vindas de outros grupos sociais ou outros espaços sociais que o indivíduo pertence (CASTRO, 1992; FREIRE, 2001; SILVA, 2016). Segundo esses fatores, quanto mais próximas as pessoas estiverem da estrutura governamental, quanto maior for o acesso à informação e os recursos cognitivos (maior exposição aos meios de comunicação e maior acesso à escolaridade), quanto maior for o interesse político do grupo social e o quão homogêneo for o grupo ou se os diferentes grupos sociais em que o indivíduo está inserido forem mais consensuais, maiores serão as tendências à participação política e eleitoral, determinando, inclusive, a direção do voto (FREIRE, 2001; LIPSET, 1960). Em suma "Esses diversos posicionamentos estão associados a desiguais níveis de recursos, diferentes interesses

socioeconômicos e/ou valores socioculturais, que depois se traduzem (probabilisticamente) em diversos comportamentos eleitorais" (FREIRE, 2000, p. 24).

Outro aspecto analítico do modelo Sociológico são as clivagens sociais, que consideram fatores macroestruturais de origem histórico-culturais e econômico-sociais para compreender as divisões sociais encontradas em determinadas sociedades (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2001). As clivagens sociais acumulam características econômicas, políticas e culturais que produzem e transmitem, por meio da socialização política, valores, atitudes e visões de mundo, que, por vez, levam à formação de clivagens no próprio sistema político (CASTRO, 1992; FREIRE, 2001; LIPSET; ROKKAN, 1967). As clivagens políticas que refletem as clivagens sociais são manifestadas tanto na participação e preferência quanto na constituição dos diferentes partidos políticos, corroborando na coesão política dos grupos sociais e na coesão social dos partidos políticos (FREIRE, 2001).

Lipset e Rokkan (1967), analisando comparativamente as democracias da Europa ocidental, propõem quatro clivagens para entender a participação política e o sistema partidário: centro-periferia, religiosidade-secularização, urbano-rural e capital-trabalho. Embora as clivagens sociais tenham por premissa o seu caráter estrutural, os processos de modernização econômica e cultural, bem como a influência de novas condições de vida em sociedade, têm exercido pressões nesse sistema. A partir dos anos de 1970, há uma melhoria de vida nas sociedades, que estão cada vez mais urbanas e seculares, expostas aos processos de pós-industrialização e de mobilidade, espacial e social. Nesse contexto, as clivagens sociais passam a ter uma base social mais difusa, menos definida e mais orientada pelo e para os valores. Isto é, essas novas condições de vida social transformam as clivagens sociais, implicando deficiências nas explicações do comportamento político e eleitoral baseadas no sistema de clivagens tradicionais (FREIRE, 2001; INGLEHART; WELZEL, 2014).

Para além do problema das mudanças econômicas e seus impactos sócio-culturais na formação de novas clivagens, o modelo Sociológico é questionado também pela tautologia que o seu argumento implica. Figueiredo (1991) e Antunes (2010) explicam que se a premissa do modelo é que as clivagens sociais influenciam as clivagens políticas, e as clivagens políticas agem em razão das clivagens sociais – para ativá-las, reforçá-las e transmiti-las –, a lógica por detrás é circular e restrita à sua própria condição estrutural e fixa. Sendo assim, o modelo consegue explicar apenas as condições de estabilidade na participação e na preferência eleitoral, sendo insuficiente para compreender, por exemplo, a transitoriedade dos votos ou o fato de alguns indivíduos não acompanharem a direção que o seu grupo social

adota como majoritária. Algumas tentativas de resolver o problema incluem a combinação das clivagens sociais ao modelo da Teoria da Escolha Racional, e a discussão sobre uma mudança na perspectiva analítica, saindo dos dados de percepção e predisposição individual para variáveis de caráter mais conjuntural e estrutural (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2000).

De forma geral, o modelo Sociológico permite compreender de que forma estruturas histórico-culturais e econômico-sociais podem ser produzidas e reproduzidas dentro de diferentes estratos da sociedade. Inaugurando os estudos analíticos sobre o comportamento político, esse modelo propiciou a compreensão das bases sociais da política e de que forma elas encontram um espaço de expressão a partir do comportamento político das pessoas, condicionando, inclusive, as formas do próprio sistema político. Nesse sentido, os contextos em que as pessoas estão inseridas, as relações e interações a que elas estão submetidas, os tipos de recursos que dispõem e como isso afeta o seu horizonte interpretativo sobre o campo político são importantes contribuições dadas ao entendimento da relação entre sujeito e sistema político.

Embora o modelo Sociológico lance luz a respeito da reprodutibilidade de valores, atitudes e visões de mundo a partir das clivagens sociais, a rejeição da perspectiva microanalítica impossibilita que o modelo avance em explicar de que forma essa reprodutibilidade acontece, ou seja, como ela é internalizada pelas pessoas. Afinal, o que se observa empiricamente é a presença, em uma mesma clivagem social, de gradações nos vínculos individuais com os valores e normas sociais que deveriam, ao menos em teoria, ser comumente compartilhados. A principal consequência disso é a impossibilidade de se explicar a volatilidade do comportamento eleitoral em bases estruturais. Portanto, é preciso questionar em que medida as soluções trazidas pelo próprio modelo, como as pressões sociais cruzadas, são suficientes para compreender os diferentes níveis de socialização e internalização desses elementos, e se não é necessário incluir também variáveis que analisem as motivações individuais na relação entre sujeito e sistema político.

2.2 O modelo psicossociológico

O modelo Psicossociológico surge como uma tentativa de resolver o problema da volatilidade dos votos no modelo Sociológico, acrescentando as variáveis psicológicas e atitudinais como mediadoras entre as variáveis sociológicas e o comportamento político. Também chamado de modelo de Michigan, o modelo Psicossociológico foi criado no âmbito

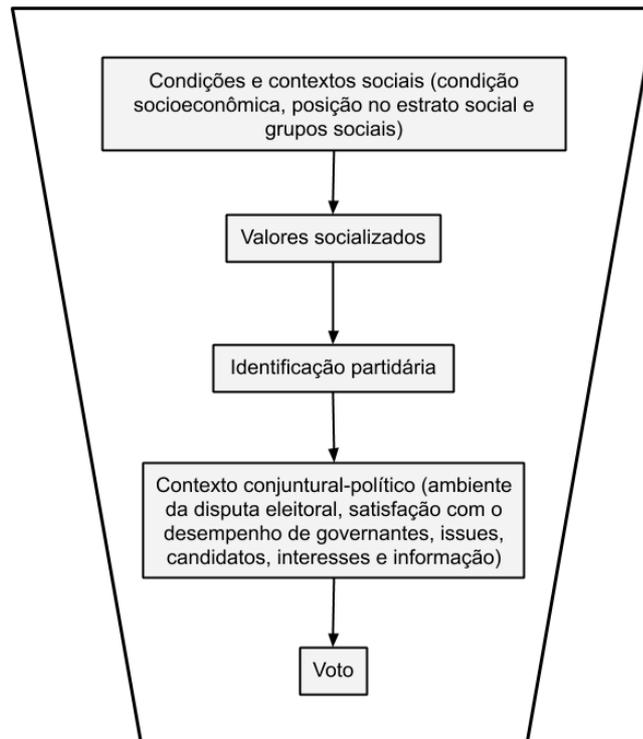
do *Survey Research Center* da Universidade de Michigan, e teve como obra fundadora o livro *The American Voter* (CAMPBELL et al., 1960). Para responder ao problema das flutuações no comportamento eleitoral, baseia-se do individualismo metodológico como lógica inferencial, em que “o fluxo causal para a explicação de macrofenômenos políticos corre do indivíduo para as variáveis institucionais” (FIGUEIREDO, 1991, p. 32).

Nesse sentido, ao invés de focar estritamente no nível macroanalítico, em que as variáveis independentes são os contextos e interações sociais dos indivíduos, o modelo Psicossociológico propõe o enfoque microanalítico, para o qual os comportamentos políticos individuais são derivados da percepção e da assimilação que as pessoas têm de objetos políticos e sociais. Sua explicação é baseada a partir do sistema atitudinal, composto pelas percepções, motivações e as afinidades psicológicas que inclinam os indivíduos a uma direção ou outra dentro do sistema político. Para tanto, consideram as contribuições da psicologia, notadamente a relação com os grupos de referência e a identificação, entendendo-a como a motriz da relação sujeito-grupo e, conseqüentemente, sujeito-política (ANTUNES, 2010; CAMPBELL et. al., 1960; CASTRO, 1992; FIGUEIREDO, 1991; FREIRE, 2001).

O sistema atitudinal não é cativo de grupos ou classes sociais. As atitudes são formadas pela compreensão da vida social e política, que é adquirida através da socialização. Nesse sentido, para compreender qualquer fenômeno social ou estritamente político é necessário saber antes como os indivíduos apreendem a organização da sociedade e as relações sociais. Isto é, é preciso saber inicialmente como os indivíduos concebem sua existência social. [...] Isto significa tão simplesmente que as questões em torno das quais ocorrem as disputas políticas não são igualmente politizadas em toda a sociedade. (FIGUEIREDO, 1991, p. 23-25).

Para explicar o fluxo causal no comportamento político, o modelo Psicossociológico propõe a metáfora do "*funnel of causality*", composto por fatores sociais e conjunturais-políticos, interligados por um conjunto de atitudes e predisposições perceptivas que recebe o nome de identificação partidária (ANTUNES, 2010; CAMPBELL et. al., 1960). A metáfora do funil serve para explicar como os elementos que influenciam o comportamento político são sucessivos e interdependentes, isto é, "*Each cross section contains all the elements that will successfully predict the next, and so on, until we have arrived at the final political act*" (CAMPBELL et. al., 1960, p. 24). Abaixo, na Figura 1, a representação gráfica do *funnel of causality*:

Figura 1 – Representação gráfica do funnel of causality.



Fonte: Elaboração própria, 2020, com base em Antunes (2010), Campbell et al. (1960), Figueiredo (1991), Freire (2001) e Silva (2016).

Na base do funil estão os fatores sociais, caracterizados principalmente pelas condições e contextos sociais em que o indivíduo está inserido. São, em suma, os elementos analíticos utilizados pelo modelo Sociológico, incluindo posições no estrato social e condição socioeconômica, grupos sociais em que o indivíduo pertence e participa, bem como valores e atitudes socializados por estes grupos de referência (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2001; SILVA, 2016). Do outro lado, na ponta do funil, estão tanto os fatores do contexto conjuntural e político, quanto o *output* do próprio comportamento político final. Incluem-se aqui a concorrência eleitoral, o grau de satisfação com o desempenho dos governantes, os *issues* políticos, o grau de informação disponível e o interesse e engajamento junto ao contexto político (CASTRO, 1992; FREIRE, 2001; SILVA, 2016).

Entre a base e a ponta do funil está a identificação partidária, variável mediadora que conecta os efeitos dos fatores do contexto social (base do funil) aos fatores do contexto conjuntural e político e ao próprio comportamento político final (ponta do funil). A identificação partidária não tem, necessariamente, relação com um padrão de voto ou com a filiação a um partido político, nem se relaciona à fidelidade com a ideologia partidária (ANTUNES, 2010). Trata-se de um elo psicoafetivo, que é mobilizado a partir das bases psicológicas da identificação entre sujeito e grupos, e moldado na socialização política pelos

grupos de referência. Sendo assim, a identificação partidária funciona como um filtro para a percepção e interpretação dos contextos conjunturais e dos objetos políticos, podendo variar em direção e em intensidade e sendo reforçada a cada ato político que seja a ela coerente (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2001; SILVA, 2016). Ou seja, essa variável é o que liga as clivagens e valores socialmente compartilhados ao comportamento político observável e mensurável.

Resumidamente, no modelo Psicossociológico, os valores e as crenças, transmitidos pela socialização política e em grande medida oriundos dos contextos sociais, influenciam a formação de diferentes atitudes e identificações, que serão as bases para percepções e interpretações a respeito dos objetos políticos e das conjunturas político-sociais, resultando em diferentes comportamentos políticos. Portanto, para o modelo Psicossociológico, o comportamento político não é estanque das condições sociais de existência do indivíduo. As condições, os estratos e as posições sociais do indivíduo fornecem uma base interpretativa pela identificação partidária, mas essa base pode ser consolidada ou enfraquecida a partir de outros processos de socialização política aos quais os indivíduos estão expostos ao longo da vida. Além disso, o contexto político e social imediato também pode interferir na potência que a identificação partidária terá para se manifestar em determinados comportamentos, em especial, se a conjuntura for de profundas crises ou mudanças institucionais (ANTUNES, 2010; CASTRO, 1992; FREIRE, 2001).

Em geral, as flutuações características do comportamento eleitoral são respondidas no modelo Psicossociológico a partir das variações de intensidade e de direção da própria identificação partidária, bem como pela mobilização que a conjuntura implica num contexto eleitoral específico (ANTUNES, 2010; CASTRO, 1994; FREIRE, 2001). Considerando que a identificação partidária gera atração ou repulsão a determinados grupos (FREIRE, 2001), um exemplo de como ela opera a nível individual são contextos eleitorais em que o partido de preferência não tem condições de vencer a disputa eleitoral, cenário em que: 1) se a identificação partidária não for muito intensa, o indivíduo vota em outro partido que tenha chances de vitória e que seja mais próximo daquilo com que se identifica; ou 2) se a identificação partidária for muito intensa, o indivíduo provavelmente abstém-se do pleito eleitoral. Sendo assim, a identificação partidária é a principal variável independente no modelo Psicossociológico, explicando o comportamento eleitoral tanto em relação à mobilização para participação ou abstenção, quanto em relação à direção do voto, sendo um guia para direcioná-los aos partidos ou candidatos com os quais a identificação partidária tem

maior aderência. Essa variável, portanto, vem em parte das clivagens sociais que a produz, mas opera juntamente com os fatores conjunturais-políticos que interpreta, determinando o envolvimento político que os indivíduos terão diante certas conjunturas (FREIRE, 2001).

Muito embora o modelo forneça bases para compreender a internalização e os processos subjetivos inerentes à socialização e aos valores dos grupos sociais – que é a principal deficiência do modelo Sociológico –, sua capacidade explicativa ainda é limitada. Utilizando-se da variável de identificação partidária, ligada, principalmente, à psicologia dos grupos, esse modelo pressupõe um antecedente institucional dos partidos políticos como fortes grupos aglutinadores de interesses na sociedade, o que não é, necessariamente, encontrado com a mesma intensidade em todas as sociedades que possuem um sistema político eleitoral. A democracia eleitoral tem nuances, com diferentes níveis de institucionalização e condições variadas de penetrabilidade na cultura política das sociedades em que está presente. Como o modelo Psicossociológico foi pensado principalmente para e no sistema político-partidário norte-americano, que, em grande medida, caracteriza-se pela presença de duas grandes forças partidárias mobilizadoras de identificações sócio-políticas, esse modelo encontra dificuldades de generalização em sociedades cujo sistema político-partidário não possui a mesma aderência social como no caso dos Estados Unidos (ANTUNES, 2010; FREIRE, 2001; VISSER, 1994). Isto é, a variável de identificação partidária, proposta para explicar do comportamento político pelo modelo Psicossociológico, finda em uma explicação de médio alcance, devido à sua exogenia originária.

2.3 Os modelos a partir da Teoria da Escolha Racional

Um outro modelo proposto para explicar as origens e direções do comportamento político vem da Teoria da Escolha Racional, cuja obra inaugural é *An Economic Theory of Democracy*, de Anthony Downs (1957). Próximos da ideia de elitismo competitivo e da concepção de democracia de Schumpeter (1961), os estudos sobre a teoria econômica do voto partem da lógica inferencial do individualismo metodológico e desconsideram determinantes psicológicos e sociológicos na compreensão da tomada de decisões pelos indivíduos. Aqui, a participação política é orientada pela lógica da racionalidade econômica, voltada para eficiência, em que os diferentes interesses de eleitores e de candidatos estão dispostos tal qual um ambiente de concorrência do mercado econômico.

A teoria da escolha racional foi desenvolvida com base nos estudos de economia política de Kenneth Arrow (1963), na qual parâmetros econômicos são relacionados com uma escolha ou resultado. Presumiu-se que: se as hipóteses da escolha racional são capazes de explicar o funcionamento do mercado, podem igualmente explicar o funcionamento político. Logo, os consumidores estão para as empresas assim como os votantes estão para os partidos políticos. Enquanto os consumidores procuram maximizar a utilidade e as empresas o lucro, os eleitores estão em busca da maximização da utilidade de seu voto e os partidos buscam alavancar os ganhos eleitorais. (OLIVEIRA, 2009, p. 108).

A ideia central nesses modelos teórico-explicativos da Teoria da Escolha Racional é de que o comportamento político dos indivíduos é orientado por uma racionalidade cognitiva e instrumental, que, por meio de cálculos cognitivos e estratégicos de maximização de benefícios (*outputs*) e redução de custos (*inputs*), pondera cenários futuros hipotéticos e avaliações retrospectivas para tomar uma decisão e realizar determinada ação ou comportamento (FREIRE, 2001; SILVA, 2016). Participar politicamente, assim como muitas outras ações humanas, possui um custo inerente, e a realização dessa ação só se dará quando o benefício a ser extraído dela exceda esse custo. O que determina se a ação será realizada é, portanto, um cálculo racional que, no contexto de um processo eleitoral, resume-se em duas decisões: a decisão de participar ou abster-se; e a decisão de qual dos candidatos ou partidos disponíveis votar.

O eleitor, portanto, realiza um cálculo racional organizando as suas preferências – que não são fixas e podem ser mudadas dadas as condições da disputa eleitoral e as características institucionais – e compara-as em um exercício que é, respectivamente, prospectivo e retrospectivo, a fim de verificar qual opção política pode gerar maior utilidade, para, enfim, escolher o partido ou o político que acredita ter maiores condições de responder à maximização daquilo que deseja obter e que compense os custos de votar (DOWNS, 1957; FIGUEIREDO, 1991; FREIRE, 2001). A preferência do eleitor tem um papel importante; como o cálculo, tanto para decidir se participa ou se abstém quanto para decidir em quem votar, inicia a partir da distinção de preferências, a percepção que o candidato ou partido escolhido tem chance de vitória é também uma variável importante para determinar qual comportamento o eleitor terá (DOWNS, 1957; FIGUEIREDO, 1991). Caso sua preferência não tenha chances de vitória, os benefícios prospectivos dificilmente serão alcançados, o que leva a não-compensação dos custos envolvidos na participação. Sendo assim, nesses casos o eleitor provavelmente transferirá seu voto a uma opção menos preferida mas com maiores chances de sucesso ou se absterá do processo eleitoral (DOWNS, 1957).

Para Downs (1957), o caráter duradouro proposto pelos modelos Sociológico e Psicossociológico não permite compreender essa volatilidade e flutuação das taxas e das preferências eleitorais. Por isso, o modelo downsiano desconsidera as identificações partidárias, oriundas de um processo de socialização, e as identidades sociais, vindas da classe e dos grupos aos quais o eleitor pertence, como variáveis com capacidade explicativa para o comportamento político. O eleitor racional é, portanto, orientado apenas pela maximização das utilidades e dos benefícios a serem obtidos, sejam esses derivados de razões egoístas ou sociotrópicas – socialmente orientadas –, e "optará sempre pelo partido que lhe dará a maior renda de utilidade" (SILVA, 2016, p. 46).

O modelo downsiano também considera que os partidos e os políticos tomam decisões e operam estratégias baseando-se na racionalidade pela eficiência para a maximização dos seus interesses, que são ganhar as preferências dos eleitores e conseguir votos suficientes para que alcancem ou permaneçam em cargos e postos de poder (FIGUEIREDO, 1991). Para o modelo downsiano, os partidos estão sempre em disputa, inclusive os que já estão do poder. Por isso, organizam suas políticas e campanhas no sentido de serem o mais agregadoras e mobilizadoras de votos possível, para garantir os votos necessários à obtenção de poder político. Nesse sentido, as ações governamentais não buscam somente responder à função social do governo, mas buscam também a realização de interesses privados de políticos e partidos, sendo que "*all its actions are aimed at maximizing votes, and it treats policies merely as means towards this end*" (DOWNS, 1957, p. 35).

Dentro do paradigma downsiano, há ainda os estudos economicistas do voto. Com pressupostos muito semelhantes ao modelo de Downs, distinguem-se pela tentativa de redimensionar o eleitor-racional downsiano ao realismo metodológico (FIGUEIREDO, 1991; FREIRE, 2001). Para tanto, propõe outros elementos para compor o processo de decisão dos indivíduos a partir dos fatores econômicos. O indivíduo não é movido por um raciocínio maximizador, mas satisfacionista, derivado de uma simples análise entre a sua situação de vida, seu bem estar econômico, diante da conjuntura econômica e quais são os partidos e políticos disponíveis no mercado eleitoral que "têm melhores (ou mais) condições de oferecer políticas que atendam aos interesses que ele quer ver contemplados" (FIGUEIREDO, 1991 p. 86). Embora o eleitor pense sobre a conjuntura futura que deseja, o cálculo racional economicista pressupõe que, na decisão de votar, ele considerará apenas as ações retrospectivas de partidos e políticos, que lhe é de fácil acesso (FIGUEIREDO, 1991; FREIRE, 2001; SILVA, 2016).

Em resumo, a teoria economicista do comportamento eleitoral concebe a formação das preferências eleitorais individuais como uma função da Avaliação (Av) que os eleitores fazem dos governantes relativamente a seu Bem-estar (Be), considerado isoladamente ou como integrante de uma comunidade mais ampla. (FIGUEIREDO, 1991, p. 88).

Nessa concepção, duas hipóteses principais se apresentam. A primeira delas, a hipótese da responsabilização, compreende a ideia de "eleitor como juiz dos atos dos governantes" (SILVA, 2016, p. 51). Isto é, considerando-se que a análise do processo decisório economicista se baseia em ações retrospectivas de partidos e políticos, o eleitor-juiz avaliará o desempenho retrospectivo dos postulantes a partir daquilo que compreende como sendo a situação da conjuntura econômica, seja a partir de uma perspectiva egoísta ou sociotrópica, e decidirá: se a conjuntura for boa, recompensa o partido ou o político da situação; se a conjuntura for ruim, pune o partido ou o político da situação transferindo o seu voto para a oposição (FREIRE, 2001). A segunda hipótese, por outro lado, é a hipótese das prioridades políticas, cenário em que o eleitor não ocupa a posição de juiz do desempenho no governo, mas sim foca naquilo que compreende como sendo o principal problema a ser enfrentado, seja em uma perspectiva egoísta ou em uma perspectiva sociotrópica. A partir dessa percepção sobre o problema conjuntural a ser enfrentado, o eleitor decide para qual partido ou político vai o seu voto a partir daquilo que compreende como sendo priorizado por eles. Um exemplo disso, é o eleitor que percebe o desemprego como sendo o principal problema naquele momento e, diante disso, vota em um partido de esquerda, que notadamente tem políticas mais direcionadas para atender a essa questão (FREIRE, 2001).

Participar, política e eleitoralmente, é uma tarefa cívica dispendiosa, que exige cognitiva e burocraticamente dos indivíduos, tanto no processo reflexivo, quanto organizacional da escolha. A inscrição para o voto, a busca por informações a respeito das eleições e os deslocamentos até o local de votação são alguns exemplos de como a participação política pode ser custosa e exigir tempo, esforço e, muitas vezes, dinheiro (FREIRE, 2001). E aqui se inicia o principal problema do modelo da Escolha Racional. Na teoria, o problema se resume no chamado paradoxo da participação: com custos tão dispendiosos e num cenário em que o voto de uma pessoa é virtualmente nulo para decidir quem ganhará a eleição, parece que a escolha mais racional será sempre a abstenção; mas se todos pensarem assim e se absterem de votar, então qualquer um que participar poderá, sozinho, decidir o resultado por todos; certamente, outras pessoas terão essa ideia também e

comparecerão, tornando, novamente, o poder de decisão virtualmente nulo (FIGUEIREDO, 1991). Empiricamente, porém, o problema é mais simples: sendo o poder de decisão do eleitor virtualmente nulo, por que, ainda assim, as taxas de comparecimento eleitoral são tão altas? Como vimos, o modelo consegue explicar a flutuação observada do comportamento político, mas seu quadro teórico tem problemas em se subsumir à própria empiria.

Por outro lado, é preciso indagar sobre a potencialidade de se analisar outras questões que não são a economia a partir da lógica do mercado. Isto é, se é cabível conceber que as pessoas se comportam tal qual consumidores em outros espaços da vida social. Embora a democracia contemporânea e os sistemas político-partidários de massas tenham surgido *pari passu* com a industrialização e o avanço do capitalismo, isso não implica que essas duas instituições operarem, estritamente, da mesma forma. As condições econômicas e a presença do mercado na vida social podem ser fatores que, conjuntamente, influenciam os processos políticos *lato sensu* e os processos decisórios individuais em *stricto sensu*. Mas, as relações de poder político e a cultura política de uma sociedade são fatores estruturais antecedentes, essenciais para compreender a democracia como sistema político de massas. Não é, afinal, porque as instituições estão sabidamente desenhadas como um mercado de políticos que demais variáveis relacionadas ao comportamento humano podem ser reduzidas somente a explicações também econômicas. Sendo assim, como entender e analisar um sistema que pressupõe a presença das massas excluindo-se o sistema de crenças, de valores e de atitudes que, frequentemente, são compartilhados pelos membros de uma sociedade?

Embora os modelos da Teoria da Escolha Racional introduzam uma explicação com um forte caráter lógico para os processos decisórios individuais e abordem, em certa medida, os processos psicológicos da relação entre sujeito e política, o reducionismo dos elementos que compõem a explicação a tornam asséptica de histórias individuais e sociais, asséptica inclusive das normas sociais que estruturam, simbólica e culturalmente, as sociedades. Conforme Figueiredo (1991) aponta, houve muitos exercícios no sentido de englobar outras variáveis dentro dos modelos racionais para sanar as lacunas que sua explicação lógica não é, por si só, capaz de fazer. Entretanto, essa mesma lógica que instrui as explicações downsiana e economicista impede a viabilidade epistemológica de outras variáveis. Sendo assim, parece mais conveniente e com maior potencial explicativo que os estudos do comportamento político e eleitoral não se baseiem exclusivamente nesses modelos já estabelecidos, mas que tenham licença intelectual para criar novas explicações com eles.

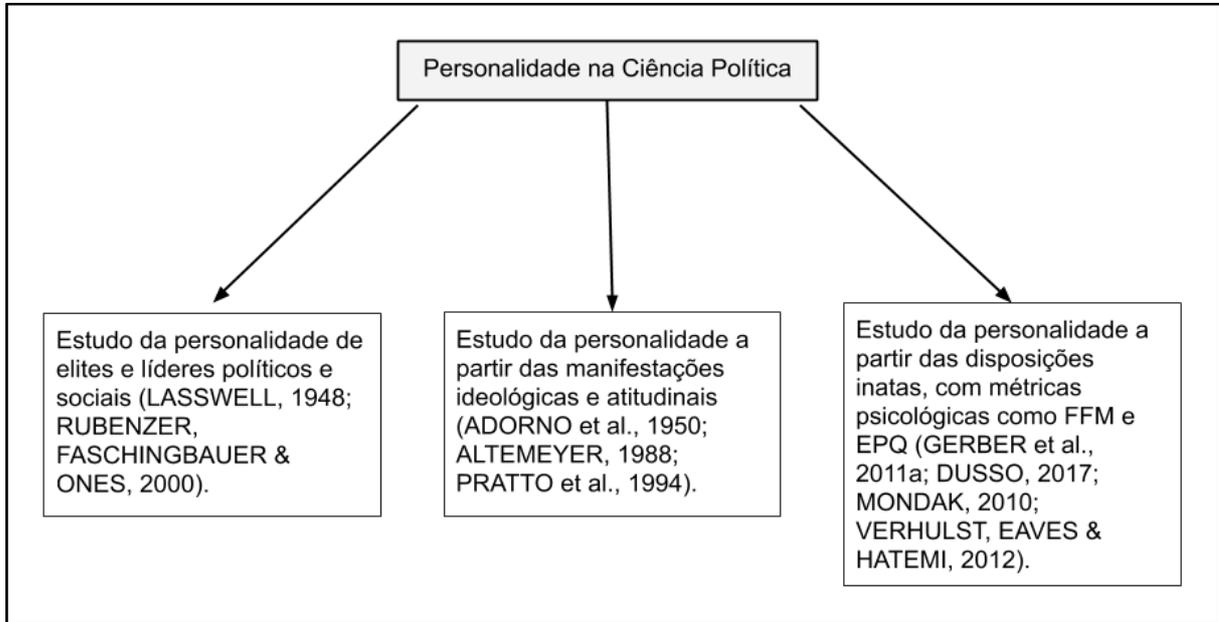
3 A DIMENSÃO MICROANALÍTICA DA PERSONALIDADE NA EXPLICAÇÃO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO

Conforme o exposto anteriormente, diferentes vertentes teórico-epistemológicas buscam analisar, explicar e compreender as motivações e as direções do comportamento político e do comportamento eleitoral. Nesse esforço científico-investigativo, e respondendo aos limites colocados pelas perspectivas teóricas adotadas, diferentes dimensões analíticas são trazidas como variáveis independentes nos modelos propostos. As condições socioeconômicas das clivagens sociais, a identificação partidária como variável mediadora dos valores e dos comportamentos ou, ainda, a racionalização de *inputs* e *outputs* diante da conjuntura e da disputa política, são apenas alguns exemplos do que foi proposto dentro do campo da Ciência Política para explicar como as pessoas se comportam diante de objetos políticos. Buscando avançar na compreensão do fenômeno, alguns estudos tiveram como ponto de partida a interdisciplinaridade com a Psicologia, adotando a personalidade como dimensão microanalítica do comportamento político, isto é, como variável explicativa de como e porquê as pessoas agem como agem e pensam como pensam.

No campo da Ciência Política, a personalidade foi utilizada majoritariamente nos estudos sobre o comportamento político e eleitoral, sendo as principais perspectivas analíticas: (i) os estudos sobre a personalidade e o comportamento das elites políticas, incluindo a análise de elementos como a identidade, cognição e direção que caracterizam essas lideranças, e como essas características da personalidade das elites encontram adesão junto às massas (GERBER et al., 2011b; LASSWELL, 1948; PÉREZ, 2008; RUBENZER; FASCHINGBAUER; ONES, 2000); (ii) as investigações sobre a predisposição e aderência das massas a determinadas ideologias, buscando compreender a relação que predisposições atitudinais, presentes na personalidade dos indivíduos, poderiam ter com a ascensão de movimentos ideológicos autoritários, nacionalistas e conservadores nas sociedades ocidentais (ADORNO et al., 1950; ALTEMEYER, 1989; PRATTO et al., 1994; STOPPINO, 1998); e (iii) e em pesquisas voltadas à investigação da relação causal entre os traços disposicionais de personalidade e o comportamento político, a participação política, as diferentes preferências e orientações políticas (valores, ideologias e atitudes), a participação eleitoral e a direção do voto (AICHHOLZER; ZANDONELLA, 2016; ALFORD; HIBBING, 2007; CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; DUSSO, 2017; FATKE, 2016; GERBER et al, 2011a; GERBER et al. 2011b; MONDAK, 2010; SCHOEN; SCHUMANN, 2007; VERHULST;

EAVES; HATEMI, 2012; VERHULST; HATEMI; MARTIN, 2010). Na Figura 2, o quadro-resumo das perspectivas analíticas que usaram a personalidade como dimensão analítica para fenômenos políticos.

Figura 2 – Perspectivas analíticas dos usos da personalidade na Ciência Política.



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Para compreender de que forma a personalidade pode ser uma dimensão analítica útil à Ciência Política e, mais especificamente, aos estudos sobre o comportamento político, é necessário, antes, delimitar o que se entende como personalidade e como ela se relaciona com o comportamento político. Nesta seção, discute-se a definição de personalidade, bem como os resultados dos estudos mais recentes a respeito dos impactos dos traços de personalidade em atitudes, ideologias, orientações político-partidárias e preferências eleitorais, bem como nas formas de participação eleitoral e no engajamento com informações políticas.

3.1 A definição de personalidade

Presente em quase todas as correntes da Psicologia com diferentes componentes e abordagens, a personalidade pode ser resumida como um conjunto de características individuais, que são relativamente estáveis ao longo do tempo e que influenciam a forma com a qual as pessoas pensam, sentem e se comportam nas mais variadas situações, incluindo as do domínio político (GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b; MONDAK, 2010; SALGADO, 2004). Essas características, também chamadas de traços de personalidade, não são fixas e podem mudar ao longo do curso da vida, o que significa que não são

determinantes, mas sim predisposições da complexa organização psicológica individual que vêm a influenciar a interação do indivíduo com o mundo ao seu redor (ALLPORT, 1975; SALGADO, 2004).

Segundo Allport (1975), três dimensões disposicionais compõem as estruturas da personalidade: (i) reflexos, impulsos e processos instintivos, característicos da condição de espécie e da busca por sobrevivência; (ii) características ligadas aos genes e de caráter hereditário; (iii) os esforços individuais de desenvolvimento e de constituição do eu. A junção dessas dimensões de disposição confere unicidade à personalidade de cada pessoa, isto é, qualificam o que está presente nos processos de individuação e explicam quais são as bases daquilo que tornam as pessoas diferentes entre si. Nenhuma dessas características disposicionais é, porém, estanque. As disposições de personalidade estão sujeitas tanto a mudanças a partir do desenvolvimento individual, quanto às mudanças oriundas do contato com costumes, valores, crenças e práticas sociais e comunitárias (ALLPORT, 1975). Sendo assim, "selecionamos, reformulamos e transcendemos essas maneiras [culturais e sociais] até um determinado grau", incluindo, de diferentes formas, no aspecto da personalidade "hábitos e capacidades, quadros, referências, fatos e valores culturais" (ALLPORT, 1975, p. 54-61), que podem ser tanto meras conformações sociais, distantes do eu, quanto importantes elementos constitutivos da identidade e da individuação dos sujeitos.

Só o homem tem a capacidade de variar suas necessidades biológicas de maneira muito extensa e de acrescentar a elas inumeráveis necessidades psicogênicas que refletem parcialmente sua cultura (nenhum outro ser tem cultura) e parcialmente seu próprio estilo de vida (nenhum outro ser se preocupa com seu próprio estilo de vida). (ALLPORT, 1975, p. 38)

Muitas pesquisas foram desenvolvidas no âmbito da Psicologia da Personalidade com o objetivo de acessar, identificar e mensurar as diferenças individuais nas dimensões disposicionais a partir dos traços de personalidade, levando à construção de diversos instrumentos metodológicos de coleta e análise (CAPRARA; CERVONE, 2004; SALGADO, 2004). Nos estudos sobre o comportamento político, os instrumentos de coleta utilizados são, geralmente, questionários estruturados auto-aplicados de abordagem psico-lexical. Essa abordagem parte da premissa de que as pessoas são capazes de descrever a si mesmo e aos outros por meio de adjetivos que qualificam seus temperamentos, formas de pensar, agir e sentir; isso significa que o acesso às características disposicionais dos traços de personalidade

pode ser feita a partir da linguagem (GOLDBERG, 1990; GOSLING; RENTFROW; SWANN, 2003; SALGADO, 2004).

Dentre os modelos desenvolvidos para identificação e mensuração da personalidade a partir da abordagem psico-lexical, destaca-se o *Five-Factor Model* (FFM), também chamado de *Big-Five Personality Traits* (Cinco Grandes Fatores). Amplamente aceito devido à capacidade de reprodutibilidade do instrumento em diferentes sociedades, culturas e línguas, o FFM sustenta que os diferentes traços de personalidade podem ser sintetizados em cinco grandes fatores, abstratos e bipolarizados, que hierarquizam a presença e a expressão de demais características individuais (CAPRARA; CERVONE, 2004; GOSLING; RENTFROW; SWANN, 2003; SALGADO, 2004). Esses cinco fatores são: extroversão, agradabilidade, conscienciosidade, abertura para experiências e neuroticismo¹.

O fator da extroversão é ligado à sociabilidade, energia e assertividade (GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004). Indivíduos com altos escores em extroversão são sociáveis, falantes e animados; enquanto indivíduos com baixos escores em extroversão tendem a ser tímidos, reclusos, quietos e pouco sociáveis (BLACK, 2016; GOLDBERG, 1990; FATKE, 2016). A agradabilidade corresponde à generosidade, afabilidade, gentileza e modéstia (BLACK, 2016; GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004). Indivíduos com escores altos neste fator são amigáveis, gentis e cooperativos, tendem também a não gostar de situações de conflito, que desequilibrem o bem-estar com os outros; já os indivíduos com baixos escores neste fator tendem a ser mais frios, indiferentes, indelicados e egoístas (BLACK, 2016; GOLDBERG, 1990; FATKE, 2016). A conscienciosidade, por outro lado, faz referência à autodisciplina, ordem, diligência e ao controle do impulso (BLACK, 2016; GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004). Indivíduos com escores altos neste fator são ambiciosos, cautelosos, organizados e responsáveis; e indivíduos com escores baixos neste fator tendem a ser indisciplinados, descuidados, impacientes e imaturos (BLACK, 2016; GOLDBERG, 1990; FATKE, 2016). Já a abertura para experiências faz referência à intelectualidade, à originalidade, à complexidade e à capacidade imaginativa (GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004). Indivíduos com escores altos em abertura para experiências são imaginativos, espirituosos, artísticos e curiosos; enquanto que indivíduos com baixos escores são superficiais, simples, cautelosos e avessos a riscos (BLACK, 2016; GOLDBERG, 1990; FATKE, 2016). Por fim, o neuroticismo está relacionado à irritabilidade, instabilidade

¹ As nomenclaturas utilizadas para os traços de personalidade podem variar de acordo com o instrumento de coleta utilizado. Alguns outros nomes utilizados para definir esses traços são: estabilidade emocional para neuroticismo; energia para extroversão; amigabilidade para agradabilidade; e, inteligência para abertura para experiências (CAPRARA; CERVONE, 2004).

emocional e insegurança (GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004). Indivíduos com escores altos em neuroticismo são nervosos, sensíveis, preocupados, ansiosos, inseguros e tendem a experimentar sentimentos negativos com maior frequência; por outro lado, indivíduos com escores baixos são, geralmente, emocionalmente estáveis, calmos e pacíficos (BLACK, 2016; GOLDBERG, 1990; FATKE, 2016). No Quadro 1, abaixo, apresenta-se os fatores do FFM, e aspectos e características a eles relacionados.

Quadro 1 – Resumo dos fatores do FFM, e aspectos e características a eles relacionados.

Fator	Aspectos gerais	Características observáveis
Extroversão	Sociabilidade Energia Assertividade	Polo positivo: Sociáveis, falantes e animados.
		Polo negativo: Tímidos, reclusos, quietos e pouco sociáveis.
Agradabilidade	Generosidade Afabilidade Gentileza Modéstia	Polo positivo: Amigáveis, gentis, altruístas e cooperativos.
		Polo negativo: Frios, indiferentes, indelicados e egoístas.
Conscienciosidade	Autodisciplina Ordem Diligência Controle do impulso	Polo positivo: Ambiciosos, cautelosos, organizados e responsáveis.
		Polo negativo: Indisciplinados, descuidados, impacientes e imaturos.
Abertura para experiências	Intelectualidade Originalidade Complexidade Capacidade imaginativa	Polo positivo: Imaginativos, espirituosos, artísticos e curiosos.
		Polo negativo: Superficiais, simples, cautelosos e avessos a riscos.
Neuroticismo	Irritabilidade Instabilidade emocional Insegurança	Polo positivo: Nervosos, sensíveis, preocupados, ansiosos e inseguros.
		Polo negativo: Estáveis, calmos e pacíficos.

Fonte: Elaboração própria, com base em Black (2016), Fatke (2016), Gerber et al. (2011a), Goldberg (1990) e Salgado (2004).

Esses diferentes fatores e aspectos não só qualificam o temperamento das pessoas, mas também produzem influências nos seus padrões de pensamentos, de sentimentos e de comportamentos; isso significa que atuam de forma consistente em como as pessoas assimilam, percebem, racionalizam e agem diante das diferentes situações na vida (SALGADO, 2004). A variabilidade de traços e características encontrados nas pessoas pode

explicar como elas agem de diferentes formas diante de um mesmo estímulo, ou de forma semelhante diante de diferentes estímulos (BLACK, 2016).

Como a personalidade expressa uma hierarquização da estrutura psicológica, atuando nos padrões reflexivos, emocionais e comportamentais, e como a sua influência é multidirecional, atuando nas diversas situações da existência humana, ela pode influenciar também comportamentos, crenças e ideologias políticas. A personalidade dá condições para acessar dados da individuação humana que podem ser analisados em conjunto com outras variáveis contextuais, como as condições sociais, políticas e econômicas, de forma a contribuir para as discussões sobre a relação entre indivíduo e política. Recentemente, estudos sobre comportamento político e participação política das massas têm incluído a personalidade como dimensão analítica, utilizando-a como variável explicativa para investigar os impactos das diferenças individuais nos fenômenos políticos observáveis. Na subseção seguinte, apresenta-se um breve resumo sobre os principais temas e resultados destes estudos.

3.2 As influências da personalidade no comportamento político

Explorando a relação entre indivíduo e política, estudos recentes tiveram como objetivo identificar a natureza da relação entre a personalidade e os fenômenos políticos, bem como analisar a capacidade explicativa que ela pode ter enquanto variável independente. Grande parte dessa recente literatura tem como ponto de partida a premissa de que a personalidade é desenvolvida nos primeiros anos de vida (ALLPORT, 1975), enquanto que as atitudes políticas, no geral, são desenvolvidas mais tardiamente (CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; MONDAK, 2010; VERHULST; EAVES; HATEMI, 2012). Nesse sentido, os traços de personalidade influenciariam as atitudes, ideologias e orientações políticas por antecederem na sucessão temporal do desenvolvimento humano (CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; MONDAK, 2010; VERHULST; EAVES; HATEMI, 2012). Sendo assim, as variáveis psicológicas seriam tão importantes quanto as sociológicas, econômicas e políticas na compreensão de como e porquê as pessoas interagem de diferentes formas frente aos contextos políticos a que estão expostas (GALLEGO; OBERSKI, 2012, GERBER et al., 2011b).

Segundo Gerber et al. (2011b), os traços de personalidade influenciam nas mais variadas formas do comportamento político, dentre elas: (i) as atitudes políticas, que, de forma mais geral, incluem atitudes, preferências, orientações político-partidárias e ideologias

(ACHHOLZER; ZANDONELLA, 2016; ALFORD; HIBBING, 2007; CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; FATKE, 2016; GERBER et al. 2011b; MONDAK, 2010; SCHOEN; SCHUAMANN, 2007; VERHULST; EAVES; HATEMI, 2012; VERHULST; HATEMI; MARTIN, 2010); (ii) o engajamento em diferentes formas de participação política (BLACK, 2016; DUSSO, 2017; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b; GALLEGO; OBERSKI, 2012); e (iii) a aquisição de informação sobre a política (DUSSO, 2017; GERBER et al. 2011b; MONDAK, 2010).

No que se refere a ideologias, atitudes políticas, orientações político-partidárias e voto, a predominância de diferentes traços de personalidade produz inclinações para determinadas ideologias, influenciando, inclusive, nas predisposições atitudinais e na direção do voto. Analisando diferentes países, Caprara, Vecchione e Schwartz (2009), Gerber et al. (2011b), Fatke (2016) e Schoen e Schumann (2009) encontram evidências de que indivíduos com escores altos em abertura para experiências tendem a preferir partidos de esquerda e tendem a ter atitudes políticas mais liberais, enquanto indivíduos com escores altos em conscienciosidade possuem maior aderência aos partidos de direita e tendem a ser mais conservadores em suas atitudes e orientações políticas. Por um lado, a correspondência entre as atitudes mais conservadoras e orientações à direita com o traço de conscienciosidade vêm da congruência entre as características deste traço – indivíduos tendem à autodisciplina, à ordem e à correspondência a normas sociais (BLACK, 2016; GERBER et al., 2011a; SALGADO, 2004) –, com as políticas desse espectro ideológico – que são caracterizadas por ressaltar "*dogmatism, intolerance of ambiguity or uncertainty, a personal need to achieve order, desire for structure and closure, integrative complexity, and fear of threat or loss.*" (VERHULST; EAVES; HATEMI, 2012, p. 35-36). Por outro lado, a curiosidade, a complexidade e a originalidade inerentes ao traço de abertura para experiências parece ter congruência com as políticas mais liberais que "*often involve acceptance of unconventional behaviors, and liberal economic policies*" (GERBER et al., 2011b, p. 269).

Outros traços apresentam resultados menos significativos em relação às orientações políticas: a agradabilidade se relaciona a predisposições mais liberais em sistemas políticos democráticos e mais conservadoras em sistemas políticos mais autoritários (FATKE, 2016), enquanto que o neuroticismo está associado a orientações mais liberais, em especial em sistemas mais autoritários, mas a relação é menos significativa se comparada com outros traços de personalidade (FATKE, 2016; MONDAK; HALPERIN, 2008); e a extroversão não apresenta resultados significativos na maioria dos estudos realizados (FATKE, 2016;

CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009). Embora nem todos os traços influenciem de igual forma as inclinações atitudinais, a consistência da tendência encontrada para os traços de conscienciosidade e abertura para experiências leva à conclusão de que *"a voter whose personality fits nicely with a party's policy proposals and politicians in personality terms is likely to vote for it"* (SCHOEN; SCHUMANN, 2009).

A predominância de determinados traços de personalidade também pode explicar como as pessoas se envolvem nas diferentes formas de participação política, tais como voto, participação e doação em campanhas, contato com políticos e governantes, participação em encontros políticos comunitários e participação em protestos e petições. Considerando que essas atividades políticas envolvem, em maior ou menor grau, algum tipo de interação social e o contato com novas ideias, indivíduos com altos escores em extroversão e em abertura para experiências são mais propensos a participar ativamente de atividades políticas (GALLEGO; OBERSKI, 2012; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b; MONDAK; HALPERIN, 2008). Em contrapartida, indivíduos com altos escores em agradabilidade, que geralmente são mais amigáveis, cooperativos e altruístas, tendem a preferir atividades de participação política que tenham como característica um menor grau de conflito interpessoal, como petições, voto ou contato com políticos e governantes (GALLEGO; OBERSKI, 2012; GERBER et al., 2011a; MONDAK; HALPERIN, 2008).

Já para o traço de conscienciosidade, os resultados são menos claros: Gerber et al. (2011a) e Mondak e Halperin (2008), ao analisarem eleitores dos Estados Unidos, apontam para negativa ou pouca influência do fator em diferentes formas de participação política, mediada, quando significativa, pela percepção de que a participação pode gerar benefícios; enquanto Gallego e Oberski (2012), em estudo feito com eleitores espanhóis, encontram maior probabilidade de participação eleitoral entre indivíduos com altos escores em conscienciosidade, sendo essa relação mediada pela percepção de um dever cívico. Da mesma forma, a literatura aponta para diferentes resultados entre participação política e neuroticismo (GERBER et al., 2011a).

Além das atitudes e da participação política, o engajamento na aquisição de informações, em discussões e na formulação de opiniões sobre política também está relacionado com diferentes traços de personalidade (DUSSO, 2017; GERBER et al., 2011b; MONDAK; HALPERIN, 2008). Indivíduos com escores altos em extroversão e em conscienciosidade são mais ativos em se informar, opinar e engajar em discussões sobre o contexto político, mas possuem baixa sofisticação política (DUSSO, 2017; MONDAK;

HALPERIN, 2008). Já a abertura para experiências exerce influência tanto no interesse em buscar informações e participar de discussões políticas, quanto na maior sofisticação política, o que se relaciona com a curiosidade e a intelectualidade inerentes a esse traço de personalidade (GERBER et al., 2011b; MONDAK; HALPERIN, 2008). Além disso, o neuroticismo também está positivamente associado à aquisição de informação e à sofisticação política (DUSSO, 2017).

Embora esses resultados demonstrem similaridades e consistência, não há consenso sobre a relação de causalidade entre os traços de personalidade e as predisposições atitudinais (ALFORD; HIBBING, 2007; VERHULST; EAVES; HATEMI, 2012; VERHULST; HATEMI; MARTIN, 2010). Verhulst, Eaves e Hatemi (2012), em pesquisa com gêmeos sobre a origem genética da personalidade e das atitudes, constatam que há uma correlação entre essas duas variáveis devido à influência conjunta que genes e fatores ambientais têm sobre ambas, mas não apontam para uma relação de causalidade. Alford e Hibbing (2007) têm semelhante constatação ao defenderem que temperamentos individuais – como os traços de personalidade – não influenciam de maneira significativa em temperamentos interpessoais – generosidade, confiança e punitividade – e em temperamentos políticos – como o comportamento político. Nesse sentido, a relação entre personalidade e atitudes políticas ainda precisa ser mais ostensivamente explicada em estudos futuros, sendo possível que elas "*might be better conceptualized as complementary parts of the personality system*" (FATKE, 2016, p. 16).

Assim como a relação entre personalidade e atitudes precisa ser melhor elucidada, estes estudos também precisam ser reproduzidos de forma comparada em outros contextos sociais, tendo em vista que a maioria teve como recorte geográfico países ocidentais desenvolvidos (FATKE, 2016). Essas questões derivam, principalmente, do fato de que a área de estudos sobre traços de personalidade e política ainda é muito incipiente, tendo a sua produção concentrada principalmente nos últimos vinte anos. Porém, a maioria dos resultados encontrados aponta para algum grau de congruência entre determinados traços de personalidade e ideologias e orientações políticas, formas de participação política e engajamento com opiniões e conhecimento políticos. Devido à influência que a personalidade exerce na forma com a qual as pessoas reagem aos estímulos e situações, a predominância de determinados traços alarga ou limita o grau de engajamento que elas terão com as questões do mundo político, determinando, em parte, como elas vão se comportar diante dele. Particularmente no caso das formas de participação, fica claro que a personalidade influencia

a forma com a qual as pessoas se engajam com a vida social em geral, e que essa influência interfere se elas se sentirão à vontade para participar de atividades mais ativas e sociáveis ou de atividades mais individuais e menos conflituosas.

Da mesma forma que as clivagens sociais, as identificações partidárias e as racionalizações frente à competitividade do espaço político são variáveis válidas para analisar o engajamento com atividades políticas e na predisposição atitudinal, os traços de personalidade parecem ser também outra dimensão analítica a ser considerada para compreender a diversidade de expressões do comportamento político. As diferenças no comportamento político produzidas pela personalidade evidenciam não só a importância dela como ferramenta analítica, mas também como o comportamento político é, em si, um fenômeno complexo, que requer um escopo analítico maior do que os modelos teórico-explicativos anteriores conseguiram fornecer.

4 REFLEXÕES PARA UM MODELO EXPLICATIVO DO COMPORTAMENTO POLÍTICO A PARTIR DA PERSONALIDADE

Ao longo deste trabalho, foram apresentadas as diferentes interpretações teóricas e analíticas utilizadas para compreender as ações e as motivações do comportamento político. Quando há uma diversidade tão grande de interpretações válidas para análise de um mesmo fenômeno, é provável que o fenômeno seja mais complexo do que parece, e que seja necessário pensar em ajustes e complementos para melhor observá-lo e compreendê-lo. Porém, nos modelos analíticos da Ciência Política, a complexidade do comportamento político foi reduzida a um pequeno conjunto de variáveis que, muitas das vezes, não conseguem ser acomodadas juntas devido às diferenças epistemológicas dos modelos dos quais elas derivam. Nos estudos sobre personalidade e política, ficam evidenciadas as nuances e a complexidade dos atributos individuais que motivam e atuam no comportamento político. Para propor novos modelos que se aproximem de explicações mais completas a respeito do fenômeno, é necessário levar em consideração os aportes dados pela personalidade.

Encontrar respostas para esse problema a partir dos modelos *mainstream* da Ciência Política é um desafio, porque todos incorrem, de diferentes formas, ao erro da simplificação analítica. Enquanto que o modelo Sociológico contribui em esclarecer a importância dos contextos sociais e tem potencial explicativo para análises em nível agregado, a estrutura explicativa do mesmo desconsidera os processos individuais de racionalização, interpretação e

ação diante do universo político. Nesse modelo, o sujeito perde espaço e torna-se apenas um resultado da sua condição social e estrutural de existência, o que dificulta responder às gradações do comportamento político empiricamente observadas. Já os modelos da Teoria da Escolha Racional e o modelo Psicossociológico buscam formas de identificar esses atributos individuais a partir dos processos de racionalização e das identificações criadas por meio da socialização dos grupos de referência. Embora aproximem-se dos elementos psicológicos que influenciam o comportamento político, a escolha pelos recortes da racionalização e da identificação partidária leva-os a ignorar outros elementos que estruturam esses mesmos processos psicológicos. Há, afinal, outros atributos individuais além dos atitudinais e das estruturas de cálculos racionais que também contribuem para compreensão do fenômeno do comportamento político.

Se os processos que compreendem a individuação das pessoas são tão complexos, como demonstram os estudos da Psicologia da Personalidade, por que as explicações para a compreensão do comportamento político seriam menos complexas? Entende-se que é preciso ir além na fronteira interdisciplinar, a fim de construir bases para aprofundar a explicação do que mobiliza os indivíduos politicamente, as chaves que, ao serem giradas, restringem ou ampliam as possibilidades comportamentais dos indivíduos, restringindo ou ampliando as suas visões e ações no mundo da política. Para isso, é necessário levar em conta a complexidade psicológica desses sujeitos, e uma alternativa pode ser pensada a partir da Psicologia da Personalidade.

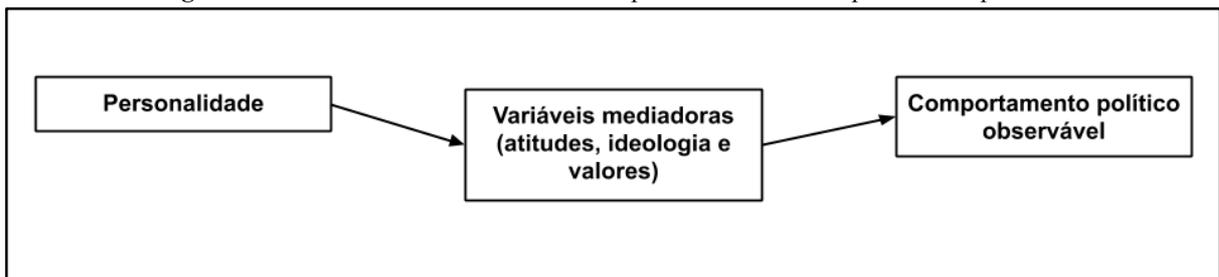
Para Ciência Política, a personalidade permite construir análises sobre as predisposições individuais anteriores às atitudes políticas, aos processos de socialização pelos grupos de referência e anteriores, até mesmo, à racionalização de custos e benefícios. Essas predisposições, que diferenciam os indivíduos entre si, podem explicar os diferentes graus de mobilização da política, verificando-se a aderência aos grupos de referência, a pertinência de valores e crenças na constituição de preferências e opiniões e como a racionalidade e individuação se conformam com os contextos sociais, políticos e econômicos. O uso da personalidade como dimensão analítica pela Ciência Política, portanto, "*may provide a way to situate political judgments and behaviors within the context of a broader theoretical account of how individuals engage with their environments*" (GERBER et al., 2011b, p. 269). Um avanço nesse sentido pode ajudar a entender, por exemplo, gradações existentes entre pessoas de um mesmo grupo ou que compartilham determinado valor, entre pessoas que tiveram os

mesmos processos de socialização, ou, ainda, compreender melhor os cálculos racionais por detrás da abstenção e da participação em processos eleitorais.

Conforme visto anteriormente, a predominância de determinados traços de personalidade pode influenciar na predisposição individual a orientações políticas mais conservadoras ou mais liberais, em atuar em formas específicas de participação política, bem como na busca por informações e na formação de opiniões sobre a política. Segundo Gallego e Oberski (2012) e Mondak e Halperin (2008), a utilização da personalidade enquanto dimensão analítica tem, portanto, um potencial explicativo tão significativo quanto as tradicionais variáveis dos modelos *mainstream* da Ciência Política, podendo ser comparada com variáveis demográficas, sociais, econômicas e políticas.

Os efeitos dos traços de personalidade no comportamento político podem ser tanto diretos (DUSSO, 2017; MONDAK, 2010; MONDAK; HALPERIN, 2008), quanto indiretos, quando são mediados por variáveis como atitudes, valores e ideologia (AICHHOLZER; ZANDONELLA, 2016; CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; GALLEGO; OBERSKI, 2012; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b; MONDAK, 2010). Nesse sentido, a personalidade influencia valores, atitudes e ideologias, que, por sua vez, agem diretamente sobre os *outputs* do comportamento político, nas tendências à participação política, na orientação político-partidária e até mesmo na direção do voto, conforme o esquema da Figura 3.

Figura 3 – Fluxo causal dos modelos sobre personalidade e comportamento político.



Fonte: Elaboração própria, com base em Aichholzer e Zandonella (2016), Caprara, Vecchione e Schwartz (2009), Gerber et al. (2011b), Fatke (2016) e Mondak (2010).

Além das atitudes, ideologias e valores, o contexto tem um papel importante a ser considerado. As questões contextuais podem ser classificadas como contexto proximal, relacionado à conjuntura, e contexto distal, relacionado à condição objetiva dos indivíduos e as estruturas sociais e políticas nas quais as ações políticas acontecem. Proximalmente, Black (2016), Gerber et al. (2011a) e Mondak (2010) apontam que variações na relação entre personalidade e participação política podem ser influenciadas pela percepção de eficácia interna e externa que os indivíduos têm a respeito dos processos políticos, ou, ainda, se há a

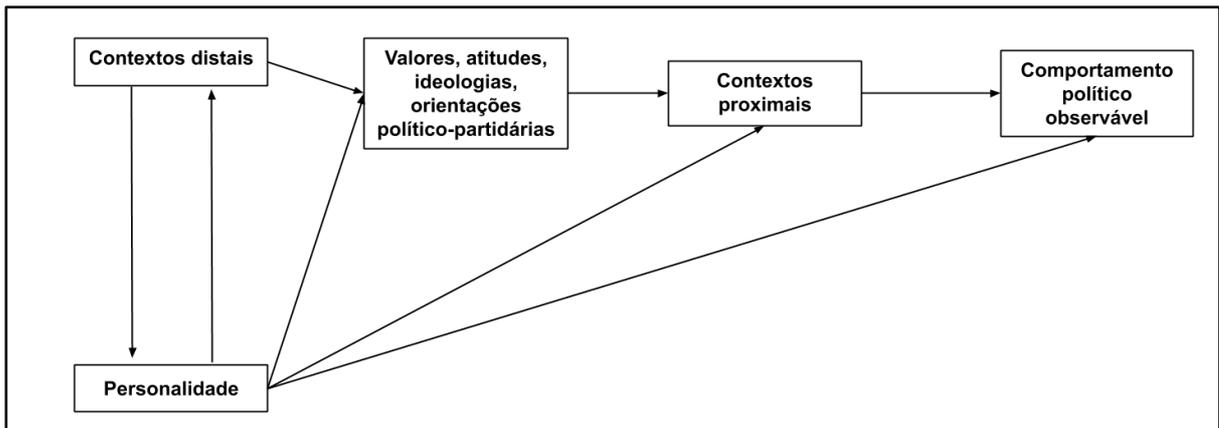
percepção de que a participação nos processos políticos pode gerar benefícios instrumentais. Nesse sentido, modelos propostos a partir da personalidade dão espaço para o aporte da racionalização dos modelos da Teoria da Escolha Racional, demonstrando que custos e benefícios podem estar relacionados com traços de personalidade.

Distalmente, componentes da situação objetiva dos indivíduos, como renda, nível educacional e raça, também influenciam na forma com a qual os traços de personalidade produzem efeitos em atitudes, orientações e ideologias políticas (GERBER et al., 2011a; MORTON; TYRAN; WENGSTRÖM, 2011). Além da situação objetiva, as estruturas sociais e políticas das diferentes sociedades também influenciam a relação entre personalidade e comportamento político. Assim, os desenhos institucionais, as formas de participação, os significados políticos no imaginário social, a qualidade de vida e a cultura política dessas sociedades em análise moderam a ação da personalidade nos comportamentos políticos (CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; FATKE, 2016; GERBER et al., 2011b). Esses elementos do contexto distal – as estruturas sociais, as condições sociais de existência e até mesmo a socialização política a partir da situação objetiva – correspondem ao proposto pelos modelos Sociológico e Psicossociológico, sendo possível também a articulação entre esses modelos e a dimensão analítica da personalidade.

Essas questões contextuais demonstram que é possível utilizar a dimensão analítica da personalidade como ponto de partida para a construção de modelos alternativos para o comportamento político, mas sem perder de vista as contribuições dadas pelos outros modelos teórico-explicativos já elaborados. Nesse sentido, não se trata de incorporar a personalidade nos modelos existentes, mas considerá-la como o ponto de inflexão por meio do qual os modelos Sociológico, Psicossociológico e da Escolha Racional podem se complementar. Sendo assim, a personalidade abre possibilidade para caminhos futuros na compreensão do comportamento político e eleitoral, como uma ferramenta para se aproximar de explicações mais completas a respeito do fenômeno.

A partir das discussões e reflexões realizadas ao longo deste trabalho, propõe-se, a nível teórico, um modelo explicativo para o comportamento político, apresentado na Figura 4. Nessa proposta, o comportamento político é explicado tanto pela influência de dimensões disposicionais e atitudinais, quanto pelos contextos distais e proximais, que caracterizam a conjuntura, a situação objetiva e as estruturas políticas e sociais em que o comportamento político ocorre. Ressalta-se que se trata de um modelo teórico, sendo necessário, portanto, que pesquisas futuras busquem testá-lo, a fim de verificar a sua viabilidade e validade científicas.

Figura 4 – Proposta de modelo para análise do comportamento político



Fonte: Elaboração própria, 2020.

Nesse modelo, o contexto distal influencia em mudanças nos traços de personalidade, podendo vir a compô-la ou a normalizá-la de acordo com as conformações sociais (ALLPORT, 1975). Ao mesmo tempo, a personalidade influencia a forma com a qual o contexto distal se manifesta em valores, atitudes, ideologias e orientações político-partidárias, reformulando, interpretando e, eventualmente, transcendendo as questões colocadas pelo contexto distal (ALLPORT, 1975; CAPRARA; VECCHIONE; SCHWARTZ, 2009; FATKE, 2016; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b.; MORTON; TYRAN; WENGSTRÖM, 2011). Por sua vez, esses valores, atitudes, ideologias e orientações político-partidárias servem de base interpretativa para a compreensão das questões do contexto proximal, que também é assimilado de acordo com a influência dos traços de personalidade na aquisição de informações e na formulação de opiniões políticas (BLACK, 2016; DUSSO, 2017; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b.; MONDAK, 2010). Essa percepção construída a respeito do contexto proximal atua juntamente com a personalidade nos comportamentos políticos observáveis, determinando, principalmente, as ações de participação política e as demais manifestações do comportamento político (BLACK, 2016; DUSSO, 2017; GERBER et al., 2011a; GERBER et al., 2011b; GALLEGO; OBERSKI, 2012; MONDAK, 2010; MONDAK; HALPERIN, 2008).

Porém, além dos testes empíricos, é preciso ressaltar a necessidade de estudos comparados, a fim de explorar a influência que os contextos social, político, econômico e cultural imprimem na relação entre personalidade e política em diferentes sociedades. Conforme apontado por Fatke (2016), a maioria dos estudos realizados considerou um ou mais países desenvolvidos do Ocidente, e a relação entre personalidade e política parece variar de país para país. Embora os traços de personalidade tenham validade em diferentes línguas, culturas e sociedades, a ideologia, as atitudes políticas e a participação política

tendem a variar se forem consideradas a partir da perspectiva da cultura política. Isso implica a necessidade de se reproduzir esses estudos em outros países, para verificar se os resultados aqui apresentados são universalmente generalizáveis ou se (e como) a cultura política interfere nesse processo.

O problema da exogenia não é exclusivo das pesquisas sobre personalidade e política, mas comum aos modelos teórico-explicativos do comportamento político. A maioria deles foi criada no contexto da produção da Ciência Política norte-americana para entender àquela sociedade, podendo ter seu potencial explicativo reduzido quando o objetivo é produzir explicações generalizáveis. Portanto, as premissas desses modelos podem ser insuficientes em sociedades cujo desenho institucional é complexo, ou que o sistema político é muito distinto, ou, ainda, simplesmente porque os conceitos utilizados não têm aderência na cultura política de outros lugares.

Sendo assim, trabalhos futuros sobre comportamento político precisam responder a duas importantes questões levantadas. A primeira delas diz respeito à diversidade de abordagens teórico-epistemológicas para o comportamento político e à complexidade do fenômeno. Historicamente, as divisões paradigmáticas da Ciência Política apresentam dificuldades de convergir-se no esforço científico de compreensão dos fenômenos políticos. Embora essas divisões correspondam, naturalmente, às áreas de estudo do campo, por vezes elas produzem recortes de explicações que, geralmente, precisariam ser complementados uns pelos outros. Esse parece ser o caso com os modelos teórico-explicativos do comportamento político, que utilizam perspectivas tão distintas ao analisarem o mesmo fenômeno político, mas que, devido à sua complexidade, não consegue ser esgotado por apenas uma delas. Esse problema, porém, tem potencial para ser resolvido a partir de uma abordagem interdisciplinar com a Psicologia da Personalidade e com um enfoque mais aprofundado na influência que os atributos individuais têm no comportamento político.

A segunda questão, por outro lado, diz respeito à capacidade de generalização dos modelos-explicativos do comportamento político e ao problema da exogenia. A necessidade de estudos comparados para personalidade e política aponta para a importância da cultura política como dimensão analítica do comportamento político. A cultura política não serve apenas para caracterizar os contextos a partir de valores e crenças, mas ela também auxilia a entender quais são as balizas dadas ao comportamento político pelas estruturas sociais e políticas das sociedades. O próprio comportamento político se produz e se expressa de acordo com os limites dados pela cultura política das sociedades. Portanto, para superar o problema

da exogenia e para criar modelos cujas explicações sejam generalizáveis, a cultura política precisa ser integrada às dimensões analíticas do comportamento político.

5 CONCLUSÃO

Comportamentos, atitudes e opiniões são, há longa data, objetos de estudo dentro da Ciência Política. A forma com qual os indivíduos são mobilizados e como interagem com objetos políticos integram a vasta tradição de pesquisas sobre comportamento político. Na busca por compreender o que influencia as ações políticas individuais, três abordagens teórico-epistemológicas se destacam: a Sociológica, a Psicossociológica e a Teoria da Escolha Racional. Partindo de perspectivas teórico-analíticas muito diferentes entre si, os modelos teórico-explicativos construídos a partir destas três abordagens analisaram aspectos como a influência de grupos e clivagens sociais, o papel da identificação partidária como elo psicoafetivo entre os grupos sociais e os comportamentos políticos, e, também, os cálculos racionais por detrás das orientações políticas e eleitorais.

Embora esses modelos tenham avançado significativamente na compreensão de fatores individuais e sociais que atuam sobre o comportamento político, sozinhos eles não são suficientes para entender porque as pessoas agem como agem e pensam como pensam em relação à política. Apesar das tentativas de acomodação entre essas abordagens, as deficiências analíticas e as diferenças teórico-epistemológicas dos seus enfoques dificultam que se estabeleça uma complementaridade entre os modelos. Sendo assim, este trabalho teve como objetivo discutir a utilização da personalidade como dimensão analítica complementar nos estudos do comportamento político.

A personalidade é caracterizada pela sua relativa estabilidade e por moldar, em grande parte, como os indivíduos reagem diante de diferentes situações e estímulos. Mensurada a partir dos traços disposicionais de personalidade, ela permite que sejam acessadas as diferenças individuais que levam as pessoas a pensarem, sentirem e se comportarem de maneiras diferentes. Na Ciência Política, estudos recentes buscaram investigar como os traços de personalidade podem estar relacionados ao comportamento político. Nesses estudos, constatou-se que a predominância de determinados traços de personalidade influencia atitudes, orientações e ideologias políticas, bem como a participação e o engajamento com informações e opiniões políticas.

A influência que a personalidade exerce sobre o comportamento político não é, porém, dissociada dos contextos em que esse fenômeno ocorre. Os contextos distais e proximais atuam, juntamente com a personalidade, no comportamento político observado empiricamente. Caracterizados pelas condições sociais objetivas, pelas estruturas sociais e políticas e pela conjuntura política, esses contextos distais e proximais têm correspondência com as dimensões analíticas dos modelos Sociológico, Psicossociológico e da Teoria da Escolha Racional.

A personalidade, portanto, além de ser uma dimensão analítica útil para analisar os fatores individuais que influenciam o comportamento político, também evidencia outros fatores contextuais que atuam no comportamento político. Isso contribui para a proposição de modelos alternativos que consigam conciliar as diferentes abordagens de análise dos modelos teórico-explicativos anteriores. Com base nessa constatação e na discussão deste trabalho, um modelo explicativo é proposto a nível teórico. Nesse modelo, o comportamento político é explicado tanto pela influência de dimensões disposicionais e atitudinais, quanto pelos contextos distais e proximais.

Porém, algumas limitações precisam ser destacadas. A primeira delas é em relação à exogenia e à capacidade de generalização dos modelos explicativos do comportamento político. Produzidos nos contextos de países ocidentais desenvolvidos, esses modelos muitas vezes encontram obstáculos para explicar o comportamento político em circunstâncias sociais, históricas e culturais distintas daquelas de sua origem. Nesse sentido, entende-se que é necessária a realização de estudos comparados, que considerem a cultura política de diferentes sociedades como as balizas estruturais do comportamento político. A segunda limitação diz respeito à validade do modelo explicativo proposto. A proposição de um modelo a nível teórico implica, fundamentalmente, a necessidade de realização de estudos empíricos para comprovar ou refutar a sua validade científica.

Em síntese, apesar das limitações destacadas, este trabalho contribui com os estudos do comportamento político ao apresentar as contribuições e limitações dos modelos teórico-explicativos já existentes, bem como ao propor um modelo analítico alternativo a partir da personalidade. Além disso, a discussão feita a respeito da dimensão analítica da personalidade aponta para a importância e a necessidade de complexificar as explicações sobre o comportamento político, aprofundando o debate sobre como os atributos individuais influenciam o fenômeno.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. et al. **The Authoritarian Personality**. New York: Harper, 1950.
- AICHHOLZER, J.; ZANDONELLA, M. Psychological bases of support for radical right parties. **Personality and Individual Differences**, [s. l.], v. 96, p. 185–190, 2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1016/j.paid.2016.02.072>>. Acesso em: 30 mar 2019.
- ALFORD, J. R.; HIBBING, J. R. Personal, interpersonal, and political temperaments. *Annals of the American Academy of Political and Social Science*, [s. l.], v. 614, n. 1, p. 196–212, 2007. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/0002716207305621>>. Acesso em: 30 mar 2019.
- ALLPORT, G. W. **Desenvolvimento da personalidade**: considerações básicas para uma psicologia da personalidade. São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária, 1975.
- ALTEMEYER, R. **Right-Wing Authoritarianism**. Winnipeg: University of Manitoba Press, 1981.
- ANTUNES, R. Theoretical models of voting behaviour. **Exedra**, [s. l.], v. 4, p. 145–170, 2010. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/242653736_Theoretical_models_of_voting_behaviour>. Acesso em: 10 out 2019.
- BLACK, P. U. V. **Antecedentes internos da participação política**. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia Social, do Trabalho e das Organizações) - Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2016.
- CAMPBELL, A. et al. **The american voter**. Chicago: The University of Chicago Press, 1960.
- CAPRARA, G.; CERVONE, D. Personality Assessment. In: SPIELBERGER C. D. (Org.). **Encyclopedia of Applied Psychology**. [s.l.]: Elsevier Academic Press, 2004.
- CAPRARA, G.; VECCHIONE, M.; SCHWARTZ, S. H. Mediation role of values in linking personality traits to political orientation. **Asian Journal of Social Psychology**, [s. l.], v. 12, p. 82–94, 2009. Disponível em: <[10.1111/j.1467-839X.2009.01274.x](https://doi.org/10.1111/j.1467-839X.2009.01274.x)> . Acesso em: 30 mar 2019.
- CASTRO, M. M. M. Sujeito E Estrutura No Comportamento Eleitoral. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 20, p. 7–19, 1992. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4292959/mod_resource/content/1/CASTRO%2C%20M%2C%20B4nica%20-%20Sujeito%20e%20estrutura%20no%20comportamento%20eleitoral.pdf>. Acesso em: 10 out 2019.
- DOWNS, A. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1957.
- DUCKITT, J. Authoritarian Personality. **International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences: Second Edition**, [s. l.], n. December 2015, p. 255–261, 2015. Disponível em:

<https://www.researchgate.net/publication/304194497_Authoritarian_Personality>. Acesso em: 30 abr 2019.

DUSSO, A. **Personality and the challenges of democratic governance**: how unconscious thought influences political understanding. London: Palgrave Macmillan, 2017.

DUVERGER, M. **Os partidos políticos**. Ciudad del México: FCE, 1957.

FATKE, M. Personality Traits and Political Ideology: A First Global Assessment. **Political Psychology**, [s. l.], v. 38, n. 5, p. 881–899, 2016. Disponível: <10.1111/pops.12347>. Acesso em: 15 abr 2019.

FISICHIELLA, D. Comportamento eleitoral. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

FIGUEIREDO, M. **A decisão do voto**. São Paulo: IDESP Editora Sumaré, 1991.

FREIRE, A. Clivagens, conjuntura económica e comportamento eleitoral em Portugal: Uma análise das legislativas de 1995 com dados agregados. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Oeiras, v. 32, p. 23–54, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292000000100003>. Acesso em: 10 out 2019.

FREIRE, A. **Modelos do comportamento eleitoral**: uma breve introdução crítica, 2001. Oeiras: Celta Editora, 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268074255_Modelos_do_Comportamento_Eleitoral_Uma_Breve_Introducao_Critica>. Acesso em: 10 out 2019.

GALLEGO, A.; OBERSKI, D. Personality and Political Participation: The Mediation Hypothesis. **Political Behavior**, [s. l.], v. 34, n. 3, p. 425–451, 2012. Disponível em: <<https://doi.org/10.1007/s11109-011-9168-7>>. Acesso em: 20 abr 2019.

GERBER, A. S. et al. Personality traits and participation in political processes. **Journal of Politics**, [s. l.], v. 73, n. 3, p. 692–706, 2011. a. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1017/S0022381611000399?origin=JSTOR-pdf&seq=1#metadata_info_tab_contents>. Acesso em: 13 nov 2018.

GERBER, A. S. et al. The Big Five Personality Traits in the Political Arena. **Annual Review of Political Science**, [s. l.], p. 265–289, 2011. b. Disponível em: <10.1146/annurev-polisci-051010-111659>. Acesso em: 13 nov 2018.

GOLDBERG, L. R. An alternative “description of personality”: the Big-Five Factor Structure. **Journal of Personality and Social Psychology**, [s. l.], v. 59, n. 6, p. 1216–1229, 1990. Disponível em: <10.1037//0022-3514.59.6.1216>. Acesso em: 13 nov 2018.

GOSLING, S. D.; RENTFROW, P. J.; SWANN, W. B. A very brief measure of the Big-Five personality domains. **Journal of Research in Personality**, [s. l.], v. 37, n. 6, p. 504–528, 2003. Disponível em: <doi:10.1016/S0092-6566(03)00046-1>. Acesso em: 13 nov 2018.

HYMAN, H. H. **Political Socialization**: a study in the psychology of political behavior. New York: The Free Press, 1969.

INGLEHART, R.; WELZEL, C. **Modernização, mudança cultural e democracia**: a sequência do desenvolvimento humano. São Paulo: Francis, 2009.

LASSWELL, H. D. **Power and personality**. New York: W. W. Norton, 1948.

LAZARSFELD, P. F.; BERELSON, B.; GAUDET, H. **The people's choice**: how the voter makes up his mind in a presidential campaign. 5 ed. New York: Columbia University Press, 1960.

LIPSET, S. M. **Political man**: the social bases of politics. New York: Doubleday, 1960.

LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. **Cleavage structures, party systems and voter alignments**: cross-national perspectives. New York: The Free Press, 1967.

MONDAK, J. J. **Personality and the foundations of political behavior**. New York: Cambridge University Press, 2010.

MONDAK, J. J.; HALPERIN, K. D. A framework for the study of personality and political behaviour. **British Journal of Political Science**, [s. l.], v. 38, n. 2, p. 335–362, 2008. Disponível em: <10.1017/S0007123408000173>. Acesso em: 20 nov 2018.

MORTON, R. et al. Income and Ideology : How Personality Traits , Cognitive Abilities , and Education Shape Political Attitudes. **Univ. of Copenhagen Dept. of Economics Discussion Paper**, Copenhagen, n. 11-08, p. 0–50, 2011. Disponível em: <https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1768822>. Acesso em: 19 abr 2019.

OLIVEIRA, I. C. V. De. A Teoria da Escolha Racional e o comportamento eleitoral neopentecostal. **Pensamento Plural**, Pelotas, v. 5, n. 10, p. 101–117, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3588>>. Acesso em: 10 out 2019.

PASQUINO, G. Comportamentalismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

PÉREZ, A. G. Teoría y práctica de la Psicología Política. **Informació Psicològica**, [s. l.], n. 93, p. 4–25, 2008. Disponível em: <<https://www.uv.es/garzon/adela/publicaciones/Teoria%20y%20Practica%20de%20la%20Psicologia%20Politica.pdf>>. Acesso em: 14 nov 2018.

PRATTO, F. et. al. Social dominance orientation: a personality variable predicting social and political attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**. [S.l.], v. 67, n. 4, p. 741–763, 1994.

RUBENZER, S. J.; FASCHINGBAUER, T. R.; ONES, D. S. Assessing the U.S. presidents using the revised NEO personality inventory. **Assessment**, [s. l.], v. 7, p. 403–420, 2000. Disponível em: <<https://doi.org/10.1177/107319110000700408>>. Acesso em: 30 mar 2019.

SALGADO, J. F. Traits. In: SPIELBERGER C. D. (Org.). **Encyclopedia of Applied Psychology**. [s.l.]: Elsevier Academic Press, 2004.

SARTORI, G. **Partidos e Sistemas Partidários**. Brasília: UNB, 1982.

SCHOEN, H.; SCHUMANN, S. Personality Traits, Partisan Attitudes, and Voting Behavior. **Political Psychology**, [s. l.], v. 28, n. 4, p. 471–498, 2007. Disponível em: <10.1111/j.1467-9221.2007.00582.x>. Acesso em: 30 mar 2019.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

SILVA, R. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil**: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

STOPPINO, M. Autoritarismo. In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (Orgs.). **Dicionário de Política**. Brasília: Editora UnB, 1998.

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BURNS, N. Family Ties: Understanding the Intergenerational Transmission of Political Participation. In: ZUCKERMAN, A. S. (Org.). **The social logic of politics**: personal networks as contexts for political behavior. Philadelphia: Temple University, 2005.

VERHULST, B.; EAVES, L. J.; HATEMI, P. K. Correlation not Causation: The Relationship between Personality Traits and Political Ideologies. **American Journal of Political Science**, [s. l.], v. 56, n. 1, p. 34–51, 2012. Disponível em: <10.1111/j.1540-5907.2011.00568.x>. Acesso em: 30 mar 2019.

VERHULST, B.; HATEMI, P. K.; MARTIN, N. G. The nature of the relationship between personality traits and political attitudes. **Personality and Individual Differences**, [s. l.], v. 49, n. 4, p. 306–316, 2010. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0191886909004760?via%3Dihub>>. Acesso em: 30 mar 2019.

VISSER, M. The psychology of voting action on the psychological origins of electoral research, 1939 – 1964. **Journal of the History of the Behavioral Sciences**, [s. l.], v. 30, p. 43-52, 1994. Disponível em: <10.1002/1520-6696(199401)30:13.0.CO;2-D>. Acesso em: 07 out 2019.

WASBURN, P. C.; COVERT, T. J. A. **Making Citizens**: Political socialization research and beyond. Indianapolis: Palgrave Macmillan, 2017.

ZUCKERMAN, A. S. Returning to the social logics of politics. In: ZUCKERMAN, A. S. (Org.). **The social logic of politics**: personal networks as contexts for political behavior. Philadelphia: Temple University, 2005.